TTSCD Sociedade de Crédito Direto S.A.

CNPJ/MF nº 46.743.997/0001-70 – Av. Braz Leme, nº 1.000, 3º andar, Bloco B, São Paulo-SP

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, A TTSCD Sociedade de Crédito Direto S.A. ("Companhia") é uma instituição financeira que tem por objeto a realização de operações de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios, com utilização de recursos financeiros que tenham como origem capital próprio ou por intermédio da obtenção de recursos para concessão de créditos em operações de repasses e de empréstimos originários do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Além desse objeto, a Companhia pode prestar os seguintes serviços: i) a análise de crédito para terceiros; ii) a cobrança de crédito de terceiros; iii) a atuação como representante de seguros, na distribuição de seguro relacionado com as operações de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios, nos termos da regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP); iv) a emissão de moeda eletrônica, nos termos da regulamentação em vigor; v) a emissão de instrumento de pagamento pós-pago, nos termos da regulamentação em vigor; e vi) a prestação de serviços de credenciadora. A TTSCD Sociedade de Crédito Direto S.A. é controlada pela TOTVS TECHFIN S.A., que é uma *Joint Venture* entre a TOTVS S.A. e o Itaú Unibanco S.A. Nossa estratégia de negócio tem como objetivo atender às expectativas dos clientes e parceiros, a partir de suas necessidades, e aumentar sua satisfação por meio de uma experiência de excelência em todas as suas interações com a Companhia, expandindo as operações para além do financiamento de atraso, oferecendo operações de crédito que auxiliem nossos clientes na potencialização de seus negócios. A Companhia registrou em 30 de junho de 2026 lucro de R$ 427 mil no semestre, patrimônio líquido de R$ 15.600 mil e ativos totais de R$ 36.311 mil. Para fins de pagamento de dividendos, a TTSCD, prevê em seu estatuto o percentual mínimo obrigatório de destinação de 25%, conforme previsto no artigo 202 da Lei de Sociedades por Ações. Agradecemos o apoio e confiança dos nossos clientes e parceiros comerciais e o trabalho dedicado dos nossos colaboradores.

São Paulo, 27 de agosto de 2026

A Administração

Balanço Patrimonial – Em 30 de Junho de 2026 e 31 de Dezembro de 2025 *(Valores expressos em milhares de reais)*

Ativo	Nota	30/06/2026	31/12/2025	Passivo	Nota	30/06/2026	31/12/2025
Disponibilidades	4	8.112	14.327	Provisão para Perdas Esperadas de Créditos a Liberar	6a	1	1
Aplicações Financeiras	5	17.239	16.150	Obrigações Fiscais Correntes	10	331	416
Instrumentos Financeiros		–	138	Provisão para Pagamentos a Efetuar	11	9.199	10.525
Operações de Crédito	6	–	138	Valores a pagar a Sociedades Ligadas	13a	10.450	12.077
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	6c	–	(5)	**Total do Passivo Circulante**		**19.979**	**23.019**
Outros Créditos	7	10.758	8.812	Provisão para Pagamentos a Efetuar	11	255	1.051
Despesas Antecipadas	8	35	–	Outros Passivos	13b	477	1.331
Total do Ativo Circulante		**36.144**	**39.422**	**Total do Passivo Não Circulante**		**732**	**2.382**
Instrumentos Financeiros		–	130	Capital Social	14a	18.000	18.000
Operações de Crédito	6	–	130	Prejuízos Acumulados		(2.400)	(2.827)
Ativo Fiscal Diferido	15b	155	1.007	**Total do Patrimônio Líquido**		**15.600**	**15.173**
Intangível	9	12	15	**Total do Passivo e Patrimônio Líquido**		**36.311**	**40.574**
Total do Ativo não Circulante		**167**	**1.152**				
Total do Ativo		**36.311**	**40.574**				

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Períodos findos em 30 de Junho de 2026 e 30 de Junho de 2025 *(Valores expressos em milhares de reais)*

	Nota	Capital Social	Lucros/ (Prejuízos) acumulados	Total
Saldo em 01 de Janeiro 2025		**18.000**	**(17)**	**17.983**
Prejuízo do Semestre			(2.353)	**(2.353)**
Saldo em 30 de Junho de 2025		**18.000**	**(2.370)**	**15.630**
Prejuízo do Semestre			(457)	**(457)**
Saldos em 31 de Dezembro 2025		**18.000**	**(2.827)**	**15.173**
Lucro do Semestre	14a	–	427	**427**
Saldos em 30 de Junho de 2026	14b	**18.000**	**(2.400)**	**15.600**

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstração de Resultados – Períodos findos em 30 de Junho de 2026 e 30 de Junho de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	30/06/2026	30/06/2025
Receitas de Intermediação Financeira		**5.391**	**2.695**
Operações de Crédito	6e	4.255	1.272
Resultado Líquido com Cessões de Crédito	6e	38	514
Resultado de Aplicações Financeiras	5	1.098	909
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		**5.391**	**2.695**
Receita de Prestação de Serviços	16a	1.315	–
Despesas de Pessoal	16b	(365)	(3.919)
Despesas Tributárias	16b	(777)	(490)
Despesa com Processamento de dados	16b	(209)	(107)
Despesa de Serviços Técnicos Especializados	16b	(426)	(177)
Outras Despesas Administrativas	16b	(176)	(175)
Provisão/Reversão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	6c	5	(2)
Despesas com Amortização	9	(3)	(3)
Descontos Concedidos	16b	(3.463)	(783)
Receitas/(Despesas) Operacionais		**(4.099)**	**(5.657)**
Resultado Operacional		**1.292**	**(2.962)**
Resultado antes das Receitas/ (Despesas) Financeiras Líquidas e Impostos		**1.292**	**(2.962)**
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	15	(852)	608
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	15	(14)	–
Lucro/(Prejuízo) do Período		**427**	**(2.354)**
Média Ponderada do Número de Ações (em valores absolutos)		**17.839.260**	**17.839.260**
Lucro/(Prejuízo) por Ação		**0,00002**	**(0,00013)**

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente – Períodos findos em 30 de Junho de 2026 e 30 de Junho de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	30/06/2026	30/06/2025
Lucro/(Prejuízo) do Período	14b	**427**	**(2.354)**
Outros Resultados Abrangentes		–	–
Resultado Abrangente do Período	14b	**427**	**(2.354)**

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstração dos Fluxos de Caixa (Método Indireto) Em 30 de Junho de 2026 e 30 de Junho de 2025
(Valores expressos em reais mil)

	Nota	30/06/2026	30/06/2025
Lucro/(Prejuízo) Líquido do Período	14a	**427**	**(2.354)**
Atividades Operacionais			
Ajustes ao Lucro Líquido		**292**	**(1.244)**
Amortização	9	3	3
Provisão/(Reversão) para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	6c	(5)	2
Juros Provisionados e Variação Cambial	5	(1.098)	(909)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	15	852	(608)
Provisão de Outras Obrigações		540	268
Variações em Ativos e Passivos Operacionais		**(6.934)**	**(8.660)**
(Aumento)/Redução em Aplicações Financeiras		9	(14.141)
Redução em Operações de Crédito		268	–
(Aumento) em Outros Créditos		(1.983)	(2.860)
Aumento/(Redução) em Outros Passivos		(5.143)	8.591
(Redução) em Obrigações Fiscais e Previdenciárias		(85)	(250)
Caixa Líquido Originado/ (Aplicado) em Atividades Operacionais		**(6.215)**	**(12.258)**
Fluxo de Caixa Líquido (Utilizado)/Proveniente das Atividades Operacionais		**(6.215)**	**(12.258)**
Redução Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa		**(6.215)**	**(12.258)**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	4	14.327	32.085
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	4	8.112	19.827
Redução do Caixa e Equivalentes de Caixa		**(6.215)**	**(12.258)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras *(Em milhares de reais, exceto quando indicado)*

1. Contexto Operacional – A TTSCD Sociedade de Crédito Direto S.A. ("Companhia" ou "TTSCD") é uma sociedade por ações, controlada pela TOTVS TECHFIN S.A., constituída em 30 de novembro de 2020 e obteve autorização do Banco Central para desempenho das atividades em 03 de maio de 2022. A Companhia tem por objeto social principal atuar na realização de operações de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios, com utilização de recursos financeiros que tenham como origem capital próprio ou por intermédio da obtenção de recursos para concessão de créditos em operações de repasses e de empréstimos originários do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), além da prática de atividades correlatas, como: i) a análise de crédito para terceiros; ii) a cobrança de crédito de terceiros; iii) a atuação como representante de seguros, na distribuição de seguro relacionado com as operações de empréstimo, de financiamento e de aquisição de direitos creditórios, nos termos da regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP); iv) a emissão de moeda eletrônica, nos termos da regulamentação em vigor; v) a emissão de instrumento de pagamento pós-pago, nos termos da regulamentação em vigor; e vi) a prestação de serviços de credenciadora. Atualmente, a TTSCD atua principalmente como agente de financiamento da Supplier Administradora de Cartões de Crédito S.A. ("Supplier Administradora"), além de conceder empréstimos com juros para clientes Supplier, como os produtos Pay Longo, Mais Prazo e Capital de Giro. O endereço do escritório da Companhia é Avenida Braz Leme, nº 1.000, 3º andar, Bloco B, São Paulo-SP. **2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras –** As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia e elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN"), do Banco Central ("BACEN") e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("COSIF"), bem como o disposto na Resolução nº 4.818 do CMN de 29 de maio de 2020 e alterações posteriores dispostas na Resolução nº 2 do BACEN de 12 de agosto de 2020 que trata dos critérios para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras. A elaboração das demonstrações financeiras, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, requer o uso de julgamentos, estimativas e premissas por parte da Administração que afetam os valores de ativos, passivos, receitas e despesas divulgados. As estimativas contábeis mais relevantes da Companhia estão relacionadas à constituição da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, e à mensuração e recuperabilidade dos ativos fiscais diferidos, cuja realização depende da geração de lucros tributáveis futuros. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas e premissas. As demonstrações financeiras foram preparadas em reais (R$), sendo a moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação. A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração em 28 de agosto de 2026. **3. Resumo das Principais Práticas Contábeis –** Os principais critérios adotados para a elaboração das demonstrações financeiras são os seguintes: **a. Apuração dos resultados:** O resultado é registrado pelo regime de competência. Os juros contratuais incidentes sobre as operações de crédito são apropriados ao resultado pelo critério pro rata dia com base na taxa efetiva da operação. Em relação ao resultado de cessão de títulos de crédito, o reconhecimento ocorre no ato da cessão e é determinado pela taxa de desconto pactuada entre as partes. **b. Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem os saldos de caixa e depósitos bancários mantidos para atendimento das necessidades operacionais e de liquidez da Companhia, disponíveis para utilização imediata. Estes ativos estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no seu valor e corresponde ao montante disponível para uso da TTSCD. **c. Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:** As operações são registradas e mensuradas ao custo amortizado com base na taxa de juros efetiva do contrato, conforme definido na Resolução CMN nº 4.966/2021. Para fins de determinação dos níveis de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, e, considerando a natureza dos produtos comercializados pela TTSCD, os produtos são categorizados da seguinte forma: • C2 (Carteira 2): créditos com cobertura de seguro de crédito emitido por entidade que não seja parte relacionada da instituição; • C4 (Carteira 4): créditos para capital de giro, adiantamentos sobre contratos de câmbio, adiantamentos sobre cambiais entregues, debêntures e demais títulos emitidos por empresas privadas, sem garantias ou colaterais; • C5 (Carteira 5): operações de crédito pessoal, com ou sem consignação, crédito direto ao consumidor, crédito rural não abrangido pelas hipóteses previstas no inciso IV do caput (Resolução CMN nº 4.966). As provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são calculadas com base na metodologia simplificada prevista na Resolução CMN nº 4.966/2021, aplicável às instituições enquadradas nos Segmentos S4 e S5 do Sistema Financeiro Nacional. A TTSCD é enquadrada no Segmento S5. **d. Imposto de renda e contribuição social:** O Imposto de Renda e a Contribuição Social correntes são apurados com base no lucro tributável do período, ajustado de acordo com a legislação fiscal vigente, e reconhecidos pelo regime de competência. A provisão para Imposto de Renda é constituída considerando a alíquota de 15% acrescida de adicional de 10% sobre os lucros tributáveis excedentes a R$ 240 mil no ano. A Contribuição Social sobre o Lucro é apurada considerando a alíquota de 9%. O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são reconhecidos pela relação das diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e seus valores correspondentes usados para fins de tributação. Os impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas se revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas até a data da apresentação das demonstrações financeiras. O benefício fiscal de prejuízo fiscal a compensar é reconhecido somente quando for provável que lucros tributáveis futuros serão gerados em valores suficientes para permitir sua realização. As despesas com imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidas, são reconhecidas na Demonstração do Resultado, exceto quando relacionadas à avaliação de instrumentos financeiros a valor justo, quando são reconhecidas em outros resultados abrangentes. **e. Outros créditos:** Outros créditos são registrados pelos valores de realização e incluem, principalmente, tributos a compensar, adiantamentos, depósitos judiciais e administrativos, valores a receber e demais créditos operacionais. Quando aplicável, são constituídas provisões para perdas com base na avaliação da expectativa de recuperação desses ativos. Os saldos são classificados entre circulante e não circulante conforme o prazo estimado de realização. **f. Transações com partes relacionadas:** As transações com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e registradas de acordo com sua substância econômica e os princípios contábeis aplicáveis. Os saldos, receitas, despesas e demais operações relevantes mantidas com partes relacionadas são divulgados em nota explicativa específica, observando os requisitos de transparência e evidenciação previstos na regulamentação vigente. **g. Intangível:** Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com esta finalidade. É composto por: • Software: registrado pelo custo deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustados por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. **h. Instrumentos Financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos pela Companhia quando esta se torna parte das disposições contratuais do instrumento. No reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros são mensurados pelo valor justo, acrescido ou deduzido, quando aplicável, dos custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Após o reconhecimento inicial, os ativos e passivos financeiros são mensurados de acordo com o modelo de negócio adotado para sua gestão e as características dos fluxos de caixa contratuais dos instrumentos. As disponibilidades, aplicações financeiras, operações de crédito e demais ativos e passivos financeiros da Companhia são substancialmente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os ativos financeiros sujeitos ao risco de crédito são avaliados quanto à necessidade de constituição de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, conforme metodologia descrita na respectiva nota explicativa. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa expiram ou quando são transferidos substancialmente os riscos e benefícios a eles associados. Os passivos financeiros são baixados quando as obrigações contratuais forem liquidadas, extintas ou canceladas. A Companhia classifica os instrumentos financeiros divulgados a valor justo de acordo com os seguintes níveis hierárquicos: • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; • **Nível 2:** técnicas de avaliação que utilizam informações observáveis, direta ou indiretamente; • **Nível 3:** técnicas de avaliação que utilizam premissas não observáveis no mercado. **i. Estimativas contábeis:** As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo e que necessitam de um maior nível de julgamento e complexidade para as demonstrações financeiras da Companhia são: - Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. A metodologia observa os critérios estabelecidos nos Anexos I e II da referida norma: Anexo I: utilizado para operações inadimplidas, ou seja, com atraso superior a 90 dias. Define os percentuais mínimos de provisão com base no tempo de atraso e na classificação da carteira de crédito. Representa o conceito de perda incorrida, baseada em evidências objetivas de deterioração do ativo. Anexo II: aplicado a operações adimplentes, com atraso inferior a 90 dias. Estabelece os percentuais mínimos de provisão adicional, considerando o risco de crédito mesmo na ausência de inadimplência. Representa o conceito de perda adicional, voltada à estimativa de perdas futuras. - Impostos diferidos – o ativo fiscal diferido é reconhecido para todas as diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. Maiores informações sobre estimativas e premissas aplicadas nos itens comentados acima estão apresentadas nas respectivas notas explicativas. **j. Novas Politicas Contábeis Adotadas e Alterações Legislativas:** As seguintes normas e regulamentos entraram em vigor a partir de 01 de abril de 2026: Alteração da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), em 26 de dezembro de 2025 foi publicada a Lei Complementar nº 224/2025, que alterou o art. 3º da Lei nº 7.689/1988, estabelecendo novas alíquotas da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para determinadas entidades do sistema financeiro. Para as Instituições de Pagamento, a alíquota foi majorada de 9% para 12%, com efeitos a partir de 1º de abril de 2026, observada a anterioridade nonagesimal prevista na Constituição Federal. A Companhia efetuou todas as adaptações necessárias em seus processos e adotou as normas de acordo com sua vigência, em 1º de abril de 2026.

4. Disponibilidades	30/06/2026	31/12/2025
Depósitos bancários	8.112	14.327
Total	**8.112**	**14.327**

5. Aplicações Financeiras – Em 30 de junho de 2026, a TTSCD possui R$ 17.239 aplicados em Letras Financeiras do Tesouro (LFTs), mantidas com o objetivo de gestão de liquidez e suporte às necessidades operacionais da Companhia. Considerando que o modelo de negócios consiste na manutenção desses ativos para recebimento dos fluxos de caixa contratuais, e que tais fluxos representam exclusivamente pagamentos de principal e juros, as aplicações financeiras são classificadas e mensuradas ao custo amortizado, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.966/2021. O resultado dessas aplicações foi de R$ 1.098 no semestre findo em 30 de junho de 2026 (R$ 909 no período findo em 30 de junho de 2025).

	30/06/2026	31/12/2025
Aplicações financeiras	17.239	16.150
Total	**17.239**	**16.150**

6. Operações de Crédito e Provisão para Perdas Esperadas – Em 30 de junho de 2026, a TTSCD não possui operações registradas na carteira de crédito, devido a cessão diária dos contratos. Este processo visa a geração de novas operações dentro dos limites estabelecidos para as sociedades de crédito direto, sem alavancagem.

a. Abertura por carteira	30/06/2026	31/12/2025
Carteira 5 (C5)	–	268
Total	**–**	**268**
Circulante	**–**	*138*
Não Circulante	**–**	*130*

b. Abertura por faixa de vencimento		
A vencer	**30/06/2026**	**31/12/2025**
1 a 30 dias	–	14
31 a 60 dias	–	14
61 a 90 dias	–	13
91 a 180 dias	–	26
181 a 360 dias	–	72
acima de 360 dias	–	130
Total	**–**	**268**

c. Abertura da provisão para perdas associadas ao risco de crédito	30/06/2026	31/12/2025
Saldo inicial	**5**	**–**
Constituição	**–**	19
Reversão	(5)	(14)
Total	**–**	**5**

d. Movimentação da Provisão para Perdas Esperadas com Créditos a Liberar: A provisão para perdas esperadas sobre créditos a liberar é apurada com base na avaliação do risco de crédito das operações contratadas. Sua movimentação decorre, principalmente, da concessão de novos créditos, da atualização das estimativas de risco e da realização ou cancelamento dos compromissos de crédito.

	30/06/2026	31/12/2025
Saldo inicial	**1**	**–**
Constituição	8	8
Reversão	(8)	(7)
Total	**1**	**1**

e. Resultado com operações de crédito	30/06/2026	30/06/2025
Rendas de empréstimos	4.255	1.272
Resultado Liquido com Cessões de Crédito[1]	38	514
Total	**4.293**	**1.786**

[1] As cessões de crédito são realizadas junto ao Cartão de Compra Supplier Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC Supplier) e ao Certificado de Recebíveis Supplier (CR Supplier). Para as operações com o fundo as condições de negociação obedecem a taxa mínima de cessão prevista no regulamento do fundo, sendo a taxa revisada a cada 45 dias, conforme reuniões do COPOM e alterações na taxa SELIC. No caso de operações cedidas ao CR, o título é cedido a valor presente.

7. Outros Créditos	30/06/2026	31/12/2025
Créditos diversos [1]	9.949	8.472
Impostos a compensar	127	43
Rendas a receber	267	207
Adiantamentos diversos	415	90
Total	**10.758**	**8.812**

[1] Referem-se aos valores recebidos pela Supplier Administradora pelos contratos financiados pela TTSCD. Os valores são repassados em até dois dias úteis.

8. Despesas Antecipadas	30/06/2026	31/12/2025
Despesas Antecipadas[1]	35	–
Total	**35**	**–**

As despesas antecipadas no total de R$ 35 referem-se a contribuição associativa do órgão que a TTSCD é associada (ACREFI – Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento), paga antecipadamente para o ano de 2026.

9. Intangível (Software)	30/06/2026	31/12/2025
Saldo Inicial	**15**	**21**
Amortização[1]	**(3)**	(6)
Total	**12**	**15**

[1] Refere-se a custo de implementação de sistema de Risco Operacional e Controles Internos.

10. Obrigações Fiscais Correntes	30/06/2026	31/12/2025
Impostos sobre Folha de Pagamento	25	58
Imposto sobre Operações Financeiras – IOF	152	217
Contribuição Social – CSLL	6	–
Imposto de Renda – IRPJ	8	–
Contribuições Sociais sobre Receitas – Pis e Cofins	124	128
Imposto sobre Serviços Prestados	13	10
Impostos Retidos de Fornecedores	3	3
Saldo final	**331**	**416**

11. Provisão para pagamentos a efetuar	30/06/2026	31/12/2025
Folha de Pagamento[1]	196	1.730
Lojistas a Pagar[2]	9.141	9.801
Fornecedores	116	44
Total	**9.454**	**11.576**
Circulante	*9.199*	*10.525*
Não Circulante	*255*	*1.051*

[1]A redução decorre, principalmente, da menor constituição de provisões para bônus e PLR, sem novas constituições relevantes no período, devido ao desligamento do diretor, sendo R$ 132 em junho de 2026 e R$ 1.689 em junho de 2025. [2]Refere-se ao valor a ser repassado aos parceiros, correspondente às transações realizadas por seus clientes e implantadas pela TTSCD. Os repasses são feitos aos parceiros de acordo com o contrato de parceria, sendo 3 modelos: D+N, prazo médio e data de vencimento. Do valor total, R$ 8.886 serão repassados em até 360 dias, e R$ 255 após esse período. **12. Contingências –** Em 30 de junho de 2026 e em 31 de dezembro de 2025, a TTSCD não possui ações judiciais de natureza cível, fiscal ou trabalhista, ativas ou passivas, em que figure como parte. **13. Valores a Pagar a Sociedades Ligadas e Outros Passivos –**

a. Valores a Pagar a Sociedades Ligadas	30/06/2026	31/12/2025
Repasse Cobrança – FIDC Supplier[1]	4.823	5.603
Repasse Cobrança – CR Supplier[2]	2.090	2.955
Repasse Agente de Financiamento – Supplier Administradora[3]	3.537	3.520
Total	**10.450**	**12.077**

b. Outros passivos	30/06/2026	31/12/2025
Plano de remuneração baseado em ações[4]	477	1.331
Total	**477**	**1.331**
Não Circulante	*477*	*1.331*

[1] Referem-se aos pagamentos recebidos de clientes oriundos de operações que já foram cedidas ao FIDC Supplier, os quais são repassados no prazo máximo de um dia útil. [2] Referem-se aos pagamentos recebidos de clientes oriundos de operações que já foram cedidas ao CR Supplier, os quais são repassados no prazo máximo de um dia útil. [3] Referem-se aos valores a pagar à Supplier Administradora decorrente do processo de financiamento de atraso. 4 Referem-se à provisão dos valores dos planos de remuneração de longo prazo é gerenciado e controlado em nível do Grupo Totvs, sendo aplicável aos colaboradores elegíveis das empresas participantes. A TTSCD reconhece a despesa referente aos seus colaboradores beneficiários e realiza a liquidação dos respectivos valores por meio de reembolsos intercompany às entidades responsáveis pela administração do plano. Dessa forma, a Companhia não realiza a gestão do plano de forma individual, atuando apenas no reconhecimento e liquidação dos valores a ela atribuídos. • Plano de remuneração baseado em ações: A TTSCD, bem como as demais empresas que compõem o Grupo TOTVS, mensuram o custo de transações liquidadas com ações a seus empregados baseada no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. O Plano de Incentivo baseado em Ações estabelece regras para que determinados participantes e administradores da TOTVS S.A. ou de outras sociedades sob o seu controle, possam adquirir ações de sua emissão por meio da outorga de ações, para gerar alinhamento a médio e longo prazos dos interesses dos beneficiários com os interesses dos acionistas e ampliar o senso de propriedade e o comprometimento dos executivos por meio do conceito de investimento e risco. O Plano é acompanhado pelo Conselho de Administração da Companhia, que estabelece anualmente programas de outorga, sendo que de acordo com as regras do Código de Ética da Companhia e suas controladas, os administradores não participam das decisões do plano que os beneficiam diretamente. O plano de ações restritas vigente, concede aos beneficiários da TTSCD o Programa ILP Destaques. Os elegíveis terão direito de receber as ações restritas ao final do período de carência e durante o período de carência, os participantes não farão jus ao recebimento de dividendos, nem Juros sobre Capital Próprio, relativos às Ações Restritas. A definição de cada programa está disponível no site de RI da TOTVS S.A.: (https://ri.totvs.com/esg/estatuto-politicas-e-regimento/). Os principais eventos relacionados aos planos vigentes, as variáveis utilizadas nos cálculos e os resultados são:

Data	Planos	Quantidade de ações restritas totais por plano	Valor justo das ações	Premissa de valor justo – Expectativa de: Dividendos	Prazo de maturidade
05/05/2023	Destaques	9.910	26,84	1,10%	3 anos

14. Patrimônio Líquido – a. Capital social: O Capital Social da Companhia é representado por 17.839.260 de ações ordinárias, em sua totalidade nominativas e sem valor nominal, no valor total de R$ 18.000 totalmente subscrito e integralizado. **b. Resultado por ação:** O cálculo do resultado por ação básico foi baseado no prejuízo/ lucro atribuível aos titulares de ações ordinárias, e na quantidade média de ações ordinárias em circulação, calculado como a seguir:

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 01/09/2026

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

... continuação

TTSCD Sociedade de Crédito Direto S.A.

Média ponderada do número de ações ordinárias	**30/06/2026**	**30/06/2025**
Ações ordinárias em 1º de janeiro	17.839.260	17.839.260
Ações ordinárias na data-base	17.839.260	17.839.260
Média do número de ações ordinárias	17.839.260	17.839.260
Lucro/(Prejuízo) do Período	427	(2.354)
Lucro por ação	**0,00002**	**(0,00013)**

c. Reserva de lucros: É constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos. O saldo remanescente de lucros acumulados ao final de cada exercício, após a constituição de todas as reservas obrigatórias e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, deverá ser integralmente destinado a reserva estatutária. Não foi constituída reserva legal em 30 de junho de 2026 em função da existência de prejuízos acumulados de exercícios anteriores. **d. Dividendos a pagar:** Conforme previsto no Estatuto Social, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustados de acordo com a legislação. Não houve distribuição de dividendos em 30 de junho de 2026 em razão da existência de prejuízos acumulados de exercícios anteriores, os quais ainda não foram integralmente absorvidos. **15. Imposto de renda e contribuição social – a. Conciliação da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social**

	30/06/2026	**30/06/2025**
Lucro antes da tributação	**1.292**	**(2.962)**
Imposto de renda e contribuição social à taxa combinada de 37%[1] /(34%)	(478)	1.007
Prejuízo fiscal	(8)	–
Ajustes para demonstração de taxa efetiva		
Remuneração variável Diretoria	(482)	(399)
Alteração alíquota para taxa combinada	(88)	–
Imposto de renda e contribuição social no período	**(865)**	**608**
Imposto de renda e contribuição social correntes	(14)	**–**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(852)	608
Taxa efetiva	**67%**	**20,5%**

[1]Alteração de alíquota da taxa combinada de 9% para 12%. **b. Conciliação da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos:** Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos são provenientes de prejuízos acumulados e de diferenças temporárias ocasionadas principalmente por provisões temporariamente indedutíveis. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre base fiscal de ativos e passivos e o respectivo valor contábil. Os valores apresentados são revisados mensalmente. A Companhia adota procedimentos de reconhecer créditos tributários de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CS) sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social. É utilizada a alíquota combinada de 37% para constituição de créditos tributários. Em 30 de junho 2026 não existem créditos tributários não reconhecidos.

Natureza e origem dos créditos tributários	**30/06/2026**	**31/12/2025**
Provisão para incentivo a longo prazo	7	353
Provisão de bônus	49	574
Prejuízo fiscal	70	72
Outros	28	8
Total	**155**	**1.007**

Segue abaixo a composição dos créditos tributários, considerando as projeções de realização dos ativos fiscais diferidos, conforme estimativas de recuperação futura.

Imposto de renda e contribuição social	**30/06/2026**	**31/12/2025**
2026	25	219
2027	70	202
2028	18	188
2029	25	219
2030	17	179
Total	**155**	**1.007**
Valor presente	**133**	**857**

O valor presente dos créditos tributários totaliza R$ 133 em 30 de junho 2026 e R$ 857 em 31 de dezembro 2025. Esse montante foi apurado mediante o desconto dos fluxos futuros utilizando a taxa DI observada nos últimos três anos, resultando em uma taxa média de 14,9% em 30 de junho 2026 e 14,15% em 31 de dezembro 2025 aplicada no cálculo.

Saldo inicial	**1.007**	**164**
Constituição	**155**	**1.007**
Provisão para incentivo a longo prazo	7	353
Provisão de bônus	49	574
Prejuízo fiscal	70	72
Demais provisões administrativas	29	8
Realização	**(1.007)**	**(164)**
Provisão para incentivo de longo prazo	(927)	(152)
Demais provisões administrativas	(8)	(12)
Prejuízo fiscal	(72)	–
Total	**155**	**1.007**

Na data-base das demonstrações financeiras, a Companhia não possui créditos tributários não constituídos.

16. Resultado Operacional – a. Receitas Operacionais

	30/06/2026	**30/06/2025**
Receita de Prestação de Serviços[1]	1.315	**–**
Total	**1.315**	**–**

[1] Refere-se, substancialmente, à remuneração recebida pela TTSCD em decorrência da prestação de serviços na qualidade de agente de financiamento.

b. Despesas Administrativas e Operacionais	**30/06/2026**	**30/06/2025**
Bônus	**1.009**	**(1.853)**
ILP	(105)	(426)
Outras Despesas com Pessoal	(1.268)	(1.640)
Total de Despesas de Pessoal[1]	**(365)**	**(3.919)**
Despesas Tributárias	(777)	(490)
Despesa de Processamento de Dados	(209)	(107)
Despesa de Serviços Técnicos Especializados[2]	(426)	(177)
Outras Despesas Administrativas	(176)	(175)
Descontos Concedidos [3]	(3.463)	(783)
Total	**(5.415)**	**(5.651)**

[1]A redução decorre, principalmente, da menor constituição de provisões para bônus e da liquidação de obrigações relacionadas ao Programa de Incentivo de Longo Prazo (ILP), sem novas constituições relevantes no período, devido ao desligamento do diretor. [2] Inclui consultoria financeira, honorários advocatícios etc. 3 O valor refere-se, principalmente, a descontos incidentes sobre operações de cessão e refinanciamento de contratos. Esses descontos decorrem, principalmente, da liquidação antecipada de operações pelos clientes.

17. Transações com partes relacionadas – As transações com partes relacionadas são realizadas em condições compatíveis com as praticadas entre partes independentes, observadas as políticas internas de governança da Companhia e a regulamentação aplicável. As principais transações estão assim representadas:

a. Transações Intercompany		**30/06/2026**
Ativo (Passivo)	**Coligadas**	**Controladores**
Disponibilidades[1]	–	8.109
Repasse Agente de Financiamento – Supplier[2]	(3.537)	–
Repasse Cobrança – FIDC Supplier[3]	(4.823)	–
Repasse Cobrança – CR Supplier [3]	(2.090)	–

a. Transações Intercompany		**30/06/2026**
Ativo (Passivo)	**Coligadas**	**Controladores**
Provisão de Incentivo a Longo Prazo[4]	–	(477)
Receita (Despesa)		
Lucro na Cessão de Crédito[5]	7.319	–
(Prejuízo) na Cessão de Crédito5	(7.281)	–
Outras Receitas/(Despesas) *Intercompany*[7]	(567)	–

		31/12/2025
Ativo (Passivo)	**Coligadas**	**Controladores**
Disponibilidades[1]	–	14.324
Contas a Receber – Intermediação[2]	190	15
Repasse Agente de Financiamento – Supplier[2]	(3.520)	–
Repasse Cobrança – FIDC Supplier[3]	(5.603)	–
Repasse Cobrança – CR Supplier [3]	(2.955)	–
Provisão de Incentivo a Longo Prazo[4]	–	(1.331)

		30/06/2025
	Coligadas	**Controladores**
Receita (Despesa)		
Lucro na Cessão de Crédito[5]	7.892	–
(Prejuízo) na Cessão de Crédito[5]	(7.378)	–
Outras Receitas/(Despesas) *Intercompany*[7]	(560)	(43)

[1] Refere-se ao valor em conta corrente que a TTSCD possui no Itaú Unibanco S.A.. 2 Referem-se aos valores a pagar para a Supplier Administradora de Cartões S.A. referente os contratos financiados pela TTSCD. Os valores são repassados em até dois dias úteis. *E Contas a Receber – Intermediação* montante apresentado em 'Coligadas' corresponde à remuneração devida pela Supplier Administradora à TTSCD pelos serviços prestados na condição de agente de financiamento no processo de financiamento de atraso. Por sua vez, o valor classificado em 'Controladas' refere-se à comissão cobrado pela TTSCD em decorrência da emissão do produto de capital de giro (Techfin paga TTSCD). 3 Referem-se aos pagamentos recebidos pelos clientes oriundos de operações que já foram cedidas aos cessionários mencionados, os quais são repassados no prazo máximo de um dia útil. 4 Referem-se a provisão dos valores dos planos de remuneração de longo prazo dos colaboradores com base no valor das ações da TOTVS S.A. 5 Refere-se ao resultado das cessões de crédito realizadas junto ao Cartão de Compra Supplier Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC Supplier). As condições de negociação obedecem a taxa mínima de cessão prevista no regulamento do fundo, sendo a taxa revisada a cada 45 dias, conforme reuniões do COPOM e alterações na taxa SELIC. 7 O valor atribuído às transações com coligadas refere-se à despesa de reembolso de despesas de pessoal junto à Supplier Administradora. No semestre, os valores registrados com partes relacionadas totalizam R$ 582 negativos com a Supplier (coligada), referentes ao convênio de rateio *intercompany* vigente à época e R$ 567 positivo com a TOTVS S.A.(controladora indireta), correspondentes ao resultado das provisões de incentivo de longo prazo e em junho de 2025, o valor das transações com controladores é composto pelo resultado positivo de R$ 151, decorrente da movimentação da provisão de incentivos a longo prazo com base nas ações da TOTVS S.A., e pelo resultado negativo de R$ 194 proveniente dos reembolsos de pessoal junto à Techfin. **b. Remuneração do Pessoal-Chave da Administração:** A remuneração atribuída à Diretoria da TTSCD no período corresponde a:

	30/06/2026	**30/06/2025**
Honorários da Administração	(307)	(308)

18. Gerenciamento de Riscos e Instrumentos financeiros – A TTSCD considera o gerenciamento de riscos fundamental para o processo de tomada de decisão, proporcionando maior confiabilidade e otimização da relação risco *versus* retorno. O gerenciamento de riscos é efetuado de forma estruturada e contínua, abrangendo a avaliação e o controle dos riscos de crédito, de mercado, de liquidez e operacional incorridos na Companhia. As diretrizes e regras do gerenciamento de riscos encontram-se formalizadas e divulgadas em políticas e procedimentos internos. **• Instrumentos Financeiros e Hierarquia do Valor Justo:** As aplicações financeiras da Companhia são compostas substancialmente por Letras Financeiras do Tesouro (LFTs), classificadas e mensuradas ao custo amortizado. Para fins de divulgação, o valor justo desses instrumentos é apurado com base em preços cotados em mercado ativo, sendo classificado no Nível 1 da hierarquia de valor justo. A Administração entende que os valores contábeis dos demais instrumentos financeiros não diferem significativamente dos respectivos valores justos em razão de sua natureza e dos prazos de realização e liquidação.

Instrumento Financeiro	**Classificação Contábil**	**Nível**	**30/06/2026**	**31/12/2025**
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	Custo amortizado	Nível 1	17.239	16.150
Total			**17.239**	**16.150**

a. Gestão de Capital: A TTSCD possui uma estrutura de gerenciamento de capital cujo objetivo é monitorar o capital mantido por ela de modo a assegurar que o Patrimônio Líquido esteja devidamente enquadrado nos critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN 5.050 e 5.159, que preveem o limite mínimo de capital social integralizado e de patrimônio líquido de R$1.000. De acordo com os normativos, é vedado às sociedades de crédito direto a captação de recursos do público e, a fim de garantir que a Companhia opera dentro dos limites estabelecidos e sem alavancagem, monitoramos continuamente o capital em face da carteira de crédito. **b. Gestão de Risco Operacional:** A TTSCD define risco operacional como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Para a gestão do risco operacional, a Companhia estabeleceu a estrutura de gerenciamento de risco operacional que deve identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos associados ao negócio, bem como identificar e monitorar o risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da empresa. **c. Gestão de Risco de Crédito:** É o risco de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações de pagamento perante a Companhia. No contexto operacional da TTSCD, o risco de crédito corresponde, principalmente, à possibilidade de inadimplência dos clientes. A Companhia mitiga o risco de crédito por meio de cessões diárias junto ao FIDC e ao CR Supplier, com transferência substancial dos riscos e benefícios de todas as operações de crédito. Adicionalmente, a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é constituída em montante julgado suficiente para cobrir possíveis perdas. São observadas as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.966/2021 a partir de 2025. **d. Gestão de Risco de Liquidez:** O risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é a de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações, sobre condições normais e de estresse, sem causar perdas ou risco de prejudicar a reputação do grupo. A seguir elencamos as operações da Companhia suscetíveis ao risco de liquidez:

Ativos	**30/06/2026**	**31/12/2025**
Caixa e equivalentes de caixa	8.112	14.327
Letras Financeiras do Tesouro	17.239	16.150
Total	**25.351**	**30.477**

19. Outras Informações – a. Operações com derivativos: Até 30 de junho de 2026, a TTSCD não realizou operações com derivativos. **b. Resultado não recorrente:** A classificação de resultados recorrentes e não recorrentes na TTSCD está atrelada a previsibilidade e frequência dos eventos, considerando as atividades regulares desempenhadas pela Companhia. Não há resultados não recorrentes a serem informados em 30 de junho de 2026. **20. Eventos subsequentes** – A Companhia não identificou eventos subsequentes ocorridos após 30 de junho de 2026 até a data de aprovação para emissão destas demonstrações financeiras a serem divulgados.

Diretoria

Reinaldo Agostinho Junior

Contadora

Betânia Batista Santos Oliveira – CRC 1SP 320.074/O-3

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos administradores e acionistas da
TTSCD Sociedade de Crédito Direto S.A. *São Paulo-SP*

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da TTSCD Sociedade de Crédito Direto S.A. ("Companhia" ou "TTSCD"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da TTSCD Sociedade de Crédito Direto S.A., em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de agosto de 2026
KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP 014.428/O-6
Marco Antonio Pontieri
Contador CRC 1SP 153.569/O-0

Publique no
Data Mercantil!
A decisão certa em todos os momentos.
Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br
Contato: (11) 3361-8833
Orçamentos: *comercial@datamercantil.com.br*
DATA MERCANTIL São Paulo

Companhia Imobiliária Ibitirama S.A.

CNPJ nº 61.376.737/0001-06

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Valores expressos em Reais)*

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Ativos	Notas	2023	2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	439.119	1.202.009
Contas a receber		2.257	2.257
Estoques	5	60.901	60.901
Outros créditos		34.113	134.009
Total dos ativos circulantes		**536.391**	**1.399.177**
Não circulante			
Imobilizado		–	–
Depósitos judiciais	9	48.860	54.362
Total dos ativos não circulantes		**48.860**	**54.362**
Total dos ativos		**585.250**	**1.453.539**

Passivos e patrimônio líquido	Notas	2023	2022
Circulante			
Contas a pagar	6	71.925	71.585
Obrigações tributárias e trabalhistas	7	64.695	54.002
Partes relacionadas	8	137.521	137.521
Dividendos a pagar		178.925	228.925
Provisão para demandas judiciais	9	14.999	14.999
Total dos passivos circulantes		**468.065**	**507.033**
Patrimônio líquido			
Capital social	10	3.276.331	3.276.331
Prejuízos acumulados		(3.159.147)	(2.329.825)
Total do patrimônio líquido		**117.185**	**946.506**
Total dos passivos e do patrimônio líquido		**585.250**	**1.453.539**

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital Social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31/12/2021	3.276.331	(1.663.595)	**1.612.737**
Prejuízo do exercício	–	(665.414)	**(665.414)**
Rendimento de aplicações financeiras não realizadas	–	(817)	**(817)**
Saldos em 31/12/2022	**3.276.331**	**(2.329.825)**	**946.506**
Prejuízo do exercício	–	(829.322)	**(829.322)**
Saldos em 31/12/2023	**3.276.331**	**(3.159.147)**	**117.185**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	Notas	2023	2022
Receita operacional líquida	11	356.987	360.952
(–) Custo de locação	12	(362.415)	(370.619)
(=) Lucro bruto		**(5.428)**	**(9.666)**
(+/–) (Despesas)/receitas operacionais			
Despesas administrativas	13	(875.639)	(755.662)
Outras receitas		4.175	–
(=) Resultado operacional antes do resultado financeiro		**(876.892)**	**(765.328)**
Receitas financeiras	14	113.142	192.365
Despesas financeiras	14	(4.535)	(5.382)
(=) Resultado financeiro líquido		**108.607**	**186.982**
(=) Resultado antes do IRPJ e CSLL		**(768.285)**	**(578.346)**
(–) CSLL	15	(21.224)	(28.096)
(–) IRPJ	15	(39.813)	(58.972)
(=) Prejuízo do exercício		**(829.322)**	**(665.414)**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES

	2023	2022
(=) Prejuízo do exercício	**(829.322)**	**(665.414)**
Outros resultados abrangentes	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	**(829.322)**	**(665.414)**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
(=) Prejuízo do exercício	**(829.322)**	**(665.414)**
Rendimento de aplicações financeiras não realizadas	4.541	–
Variação nos ativos e passivos operacionais:		
Clientes	–	(2.112)
Impostos a recuperar	–	–
Outros ativos	105.398	(132.000)
Fornecedores	340	(15.496)
Salários e encargos	20.258	(21.624)
Impostos e contribuições	(9.565)	2.180
Outros passivos	(54.541)	8.949
Caixa líquido aplicados nas atividades operacionais	**(762.891)**	**(825.516)**
Redução nos saldos de caixa e equivalentes de caixa	**(762.891)**	**(825.516)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.202.009	2.027.526
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	439.119	1.202.009
Redução nos saldos de caixa e equivalentes de caixa	**(762.891)**	**(825.516)**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. Contexto operacional: A Cia Imobiliária Ibitirama ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua Libero Badaró, nº 293, 21º andar, Centro, São Paulo/SP. A Companhia tem por objeto a realização de empreendimentos imobiliários, de obra de engenharia civil, a incorporação de imóveis, construção de edifícios e residências, por conta própria ou de terceiros, por empreitada ou administração; compra, venda, administração e locação de bens móveis e imóveis próprios; e participação no capital de outras empresas. Entretanto, a sua principal atividade tem sido a realização de empreendimentos imobiliários, a compra e a venda de seu estoque de imóveis, sendo que nos últimos anos a Companhia vendeu a maior parte de seu estoque de imóveis. A Companhia vem apresentando prejuízos recorrentes e os sócios aprovaram um plano de desinvestimento dos seus ativos, visando à liquidação gradativa de suas operações. Até a data de aprovação destas demonstrações contábeis, não há definição quanto ao prazo de conclusão desse processo. As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no pressuposto de continuidade operacional, considerando as avaliações realizadas pela Administração. **2. Base de preparação:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades Anônimas 6.404/76 e contemplando os entendimentos da NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, aprovada pela Resolução CFC nº 2016/NBCTG1000(R1). Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Portanto as demonstrações contábeis incluem várias estimativas, entre elas, aquelas referentes à determinação das vidas úteis do ativo imobilizado e sua recuperabilidade nas operações, avaliações de ativos financeiros pelo seu valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise de risco na determinação da perda estimada para crédito de liquidação duvidosa, assim como análise dos demais riscos na determinação das demais provisões necessárias para passivos contingentes, provisões tributárias e outras similares. Por serem estimativas é possível que os resultados reais possam apresentar variações. As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 27 de agosto de 2026. **3. Resumo das principais práticas contábeis:** As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração dessas demonstrações contábeis são as seguintes: **(a) Instrumentos financeiros:** A Companhia reconhece os recebíveis, as aplicações financeiras e caixa e equivalente de caixa inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou liquidada. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(b) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa, depósitos bancários e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo. **(c) Aplicações financeiras:** As aplicações financeiras referem-se aos recursos de caixa aplicados em instituições financeiras no Brasil, estando tais recursos classificados fora do grupo de caixa e equivalentes de caixa em função de não fazerem parte da gestão do dia a dia da Companhia. **(d) Contas a receber:** As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente (quando da ocorrência de efeitos significativos) e deduzidas das Perdas para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD), quando aplicável. A PECLD é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não transacionou operações de contas a receber passíveis de ajuste a valor presente. **(e) Estoques:** Representam os ativos para negociação avaliados ao custo médio de aquisição ou de construção, que não excede o valor de mercado. A Companhia avalia em cada data de divulgação se existe qualquer indicação de que um ativo possa estar desvalorizado. Se tal indicação existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. Se não existir indicação de desvalorização, a Companhia não estima o seu valor recuperável. **(f) Imobilizado:** O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico de aquisição, fabricação ou construção, líquido da depreciação acumulada e/ou das perdas por desvalorização acumuladas, se houver, incluindo o custo de reposição dos equipamentos, se satisfeitos os critérios de reconhecimento:

Descrição do bem	Taxa (%)
Móveis e Utensílios	10
Instalações	10
Benfeitorias em imóveis de terceiros	33
Computadores e periféricos	20
Outros imobilizados	10

O reconhecimento dos itens do imobilizado e de suas eventuais partes significativas reconhecidos inicialmente é baixado quando de sua alienação ou quando não há expectativa de benefícios econômicos futuros derivados de seu uso ou alienação. Os eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa do ativo (calculados como a diferença entre os resultados líquidos da alienação e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado quando da baixa do ativo. **(g) Fornecedores:** As contas a pagar fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo contabilizados de acordo com a competência e segregados entre passivo circulante e não circulante, de acordo com seu vencimento. **(h) Provisões: a) Geral:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. **b) Provisões para riscos trabalhistas:** A Companhia não possui riscos trabalhistas com caso provável, por isso não há registro de contingências. **(i) Receita de locação:** As receitas de locação são provenientes de imóveis, reconhecidos na rubrica imóveis a comercializar, que ainda não foram vendidos, mas que estão auferindo receita, conforme Nota Explicativa nº 5, a saber: • Loja Barão de Jaguará - São Paulo - adquirido em julho de 1959 e atualmente alugado para uma pessoa física; e • Edifício Garage Cogeral - São Paulo - adquirida conjuntamente com o item acima em julho de 1959 e atualmente alugado para uma administradora de estacionamentos. **(j) Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras compreendem receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias e juros passivos. **(k) Instrumentos Financeiros: Ativos e passivos financeiros: a) Ativos financeiros: (i) Reconhecimento inicial e mensuração:** Os instrumentos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa. **(ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros:** É avaliado nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. **b) Passivos financeiros: (i) Reconhecimento inicial e mensuração**: Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo ou como empréstimos e financiamentos. É determinada a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Os passivos financeiros incluem contas a pagar a fornecedores, e outras contas a pagar. **(ii) Desconhecimento (Baixa) :** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado. **(iii) Instrumentos financeiros – Apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(l) Apuração do Resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. As receitas de prestação de serviços são apresentadas líquidas dos impostos, das devoluções, cancelamentos, dos abatimentos e dos descontos incidentes sobre elas. As outras receitas e despesas operacionais correspondem aos efeitos de eventos significativos ocorridos durante o período que não se enquadrem na definição das demais rubricas da demonstração do resultado abrangente adotado. As despesas Contábeis incluem todas as despesas geradas pela dívida líquida, os encargos financeiros sobre os impostos e despesas de juros sobre os arrendamentos financeiros, bem como ajustes referentes a descontos financeiros. As receitas Contábeis incluem os rendimentos gerados pelo caixa e equivalentes de caixa, os descontos em compras obtidos de fornecedores e ajustes referentes a descontos. **(m) IRPJ e CSLL:** O IRPJ e a CSLL do exercício corrente são calculados pelo regime de lucro presumido considerando a presunção de 32% para a base de IRPJ e CSLL. O IRPJ é cálculo à alíquota de 15% sobre a base presumida, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240.000 anual. A CSLL é calculada à alíquota de 9% sobre a base presumida. Os impostos correntes são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **3.2. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023:** As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade. **Alteração na norma IFRS 17/ CPC 50 Contratos de Seguros:** A IFRS 17 foi emitida pelo IASB em 2017 e substitui a IFRS 4 para o período de relatório iniciado em ou após 1º de janeiro de 2023. A IFRS 17 introduz uma abordagem internacionalmente consistente para a contabilização de contratos de seguro. Antes da IFRS 17, existia uma diversidade significativa em todo o mundo em relação à contabilização e divulgação de contratos de seguros. Dado que a IFRS 17 se aplica a todos os contratos de seguro emitidos por uma entidade (com exclusões de âmbito limitado), a sua adoção pode ter um efeito em não seguradoras, como a Companhia. A Companhia efetuou uma avaliação dos seus contratos e operações e concluiu que a adoção da IFRS 17 não teve qualquer efeito nas suas demonstrações contábeis. **Alteração na norma IAS 1/CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis:** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações à IAS 1, que visam tornar as divulgações de políticas contábeis mais informativas, substituindo o requisito de divulgar "práticas contábeis significativas" por "políticas contábeis materiais". As alterações também fornecem orientação sobre as circunstâncias em que a informação sobre política contábil é suscetível de ser considerada material e, portanto, requerendo divulgação. Estas alterações não têm efeito na mensuração ou apresentação de quaisquer itens nas demonstrações contábeis da Companhia, mas afetam a divulgação de suas políticas contábeis. **Alteração na norma IAS 12/ CPC 32 Tributos sobre o Lucro; i. Imposto Diferido relacionado com Ativos e Passivos decorrentes de uma Única Transação**: Em maio de 2021, o IASB emitiu alterações à IAS 12, com esclarecimentos sobre a isenção de reconhecimento inicial para certas transações que resultam tanto num ativo como um passivo sendo reconhecido simultaneamente (por exemplo, um arrendamento no âmbito da IFRS 16). As alterações esclarecem que a isenção não se aplica ao reconhecimento inicial de um ativo ou passivo que, no momento da transação, gere diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. Estas alterações não tiveram efeito nas demonstrações contábeis anuais da Companhia. **ii. Reforma Tributária Internacional – Regras do Modelo Pillar Two:** Em dezembro de 2021, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (Organisation for Economic Co-operation and Development - OCDE) divulgou um projeto de quadro legislativo para um imposto mínimo global que deverá ser utilizado por jurisdições individuais. O objetivo do quadro é reduzir a transferência de lucros de uma jurisdição para outra, a fim de reduzir as obrigações fiscais globais nas estruturas empresariais. Em março de 2022, a OCDE divulgou orientações técnicas detalhadas sobre as regras do Pillar Two. As partes interessadas levantaram preocupações junto do IASB sobre os potenciais implicações na contabilização do imposto sobre o rendimento, especialmente na contabilização de impostos diferidos, decorrentes das regras do modelo do Pillar Two. O IASB emitiu as Emendas finais à Reforma Tributária Internacional – Regras do Modelo Pillar Two, em resposta às preocupações das partes interessadas em 23 de maio de 2023. As alterações introduzem uma exceção obrigatória para as entidades do reconhecimento e divulgação de informações sobre ativos e passivos fiscais diferidos relacionados com as regras do modelo Pillar Two. A exceção entra em vigor imediata e retrospectivamente. As alterações também preveem requisitos de divulgação adicionais no que diz respeito à exposição de uma entidade ao imposto sobre o rendimento do Pillar Two. A Administração determinou que a Companhia não está dentro do escopo das Pillar Two Model Rules da OCDE e da exceção ao reconhecimento e divulgação de informações sobre impostos diferidos. **Alteração na norma IAS 8/ CPC 23 Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros:** As alterações à IAS 8, que adicionaram a definição de estimativas contábeis, esclarece que os efeitos de uma alteração numa informação ou técnica de mensuração são alterações nas estimativas contábeis, a menos que resultem da correção de erros de períodos anteriores. Estas alterações esclarecem a forma como as entidades fazem a distinção entre alterações nas estimativas contábeis, alterações na política contábil e erros de períodos anteriores. Estas alterações não tiveram efeitos nas demonstrações contábeis da Companhia. **4. Caixa e equivalentes de caixa:** Os valores mantidos como caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:

	2023	2022
Bancos	13.279	11.980
Aplicações financeiras	425.840	1.190.030
	439.119	**1.202.009**

As aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa e são remunerados às taxas que variam entre 100% e 101,5% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Os recursos com restrição trata-se de recebimentos de valores específicos para projetos financiados.

5. Estoques:	2023	2022
Garage Cogeral l5	57.024	57.024
Loja Edifício Cogeral	3.877	3.877
	60.901	**60.901**

Os imóveis em 31 de dezembro de 2023 encontram-se disponíveis para vendas. Até que a vendas dos imóveis sejam realizadas a Companhia irá auferir receita de aluguel.

6. Contas a pagar	2023	2022
Pinheiro Neto Advogados	55.101	55.101
Fharos Serviços Administrativos	7.330	7.330
Cardillo & Prado Rossi Advogados	2.681	2.681
Sah Contábil	1.775	1.775
Outros	5.038	4.699
	71.925	**71.585**

7. Obrigações tributárias e trabalhistas:	2023	2022
PIS a recolher	201	201
COFINS a recolher	926	926
IRRF a recolher PJ	223	133
IRRF a recolher PF	19.325	10.236
CSRF retido a recolher	2.005	1.712
IRPJ a pagar	5.567	12.321
CSLL a pagar	6.409	13.482
Pró–labore a pagar	22.373	11.204
INSS a recolher	7.666	3.787
	64.695	**54.002**

8. Partes relacionadas: Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui o montante de R$ 137.521, oriundo da redução de capital realizada no exercício de 2012. **Partes relacionadas – Passivo:** O valor é devido aos seguintes acionistas, conforme demonstrado a seguir:

Em Reais	2023	2022
Diana Shor malach	137.500	137.500
Alex Gliksman Goldstein	21	21
	137.521	**137.521**

Partes relacionadas - Ativo: **Em Reais**	2023	2022
Goldstone Overseas Corp.	5.502	5.502
	5.502	**5.502**

Os montantes referentes a remuneração do pessoal chave da Administração estão apresentados a seguir:

	2023	2022
Pró–labore	22.373	11.204
	22.373	**11.204**

Não há outras operações com partes relacionadas.

9. Provisão para demandas judiciais:

Natureza	2023	2022
Cíveis e tributárias	14.999	14.999
	14.999	**14.999**

Para as causas discutidas em juízo a Companhia depositou o montante de R$ 48.860 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 54.362 em 31 de dezembro de 2022). Foram constituídas provisões para fazer frente a eventuais perdas que possam resultar da resolução final de processos judiciais, além dessas provisões existem causas possíveis de perda, as quais totalizam R$ 11.590 mil em 31 de dezembro de 2023 (R$ 9 mil em 31 de dezembro de 2022). **10. Patrimônio líquido: (a) Capital social**: O capital social da Companhia é de R$ 3.276.331 (três milhões, duzentos e setenta e seis mil, trezentos e trinta e um reais), dividido em 4.300.000.000 (quatro bilhões e trezentos milhões) de ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. O valor ajustado da ação pelo patrimônio líquido está apresentado a seguir: **Em Reais**

Acionista	%	Quantidade de ações	Valor unitário das ações	Valor das ações
Abraham Shor Myzkin	10,00%	430.000.000	0,0002	94.651
Aida Gliksman L. de Shor	10,00%	430.000.000	0,0002	94.651
Diana Shor Malach	2,50%	107.500.000	0,0002	23.663
Jacqueline Perla Shor Gliksman	2,50%	107.500.000	0,0002	23.663
Nathan Shor Gliksman	2,50%	107.500.000	0,0002	23.663
Renato Alois Andriani Grinberg	3,75%	161.250.000	0,0002	35.494
Ricardo Jose Grinberg	3,75%	161.250.000	0,0002	35.494
Fund.Ben.Elijass Gliksmanis	15,00%	645.000.000	0,0002	141.976
Roni Askenazy	7,50%	322.500.000	0,0002	70.988
Ivan Peder Alois Glucksman	0,00%	1	0,0002	0
Alex Gliksman Goldstein	0,00%	61.232	0,0002	13
Miu Holdings Limited	5,36%	230.480.000	0,0002	50.733
Carlos Gliksman	1,00%	43.061.275	0,0002	9.479
Goldstone Overseas Corp.	25,14%	1.080.897.492	0,0002	237.925
Anna Charlotte G. Ronstrom	4,00%	172.000.000	0,0002	37.860
Jan Leopold Glucksman	4,00%	172.000.000	0,0002	37.860
Lisa Greene	3,00%	129.000.000	0,0002	28.395
Total	**100,00%**	**4.300.000.000**	**0,0002**	**946.506**

11. Receitas operacionais:	2023	2022
Receita de aluguéis	370.510	375.510
Descontos	–	(852)
Impostos sobre locação	(13.523)	(13.706)
	356.987	**360.952**

11. Custos:	2023	2022
Seguros	2.232	9.141
Condomínio e outros custos	360.183	361.477
	362.415	**370.619**

12. Despesas por natureza:	2023	2022
Pró–Labore	342.041	309.465
INSS	68.408	62.743
Perdas de créditos tributários	–	8
Prestadores de serviços e outros	465.190	373.680
Provisão para contingências	–	9.766
	875.639	**755.662**

14. Resultado financeiro líquido:	2023	2022
Despesas bancárias	(4.333)	(4.356)
Juros e multas	(202)	(1.027)
Descontos obtidos	–	1.120
Outras receitas – Dividendos	1.358	1.296
Rendimentos sobre aplicações financeiras	116.325	189.948
Aplicações financeiras não realizadas	(4.541)	–
	108.607	**186.982**

15. IRPJ e CSLL – corrente: O IRPJ (IRPJ) e a CSLL sobre o lucro líquido (CSLL) do exercício foram calculados conforme o regime de lucro presumido, a partir das receitas provenientes de venda de imóveis, aluguéis de imóveis e aplicações financeiras. O IRPJ é calculado pela alíquota de 15% sobre a base de cálculo presumida do imposto, acrescido de 10%, para a base de cálculo excedente a R$ 60.000,00 no trimestre, e a CSLL calculada pela alíquota de 9% sobre a base de cálculo presumida do imposto. **16. Eventos subsequentes:** Em 26 de março 2024, após a data das demonstrações contábeis, a Companhia concluiu a venda do imóvel denominado "Garage Cogeral l5" pelo valor de R$3.000.000,00. De acordo com a Seção 32 da NBC TG 1000 R1, tal transação caracteriza-se como evento subsequente que não exige ajuste, por não fornecer evidências de condições existentes na data do balanço. Assim, nenhum impacto foi registrado nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2023. Os efeitos decorrentes da alienação serão reconhecidos contabilmente no exercício findo em 31 de dezembro 2024.

DIRETORIA

Ivan Peder Alois Glücksman - *Diretor presidente*
Renato Alois Andriani Grinberg - *Diretor*
Jeane Maria Araujo de Souza - *Contadora - CRC 1SP308277/O-5*

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Companhia Imobiliária Ibitirama S.A.,** São Paulo – SP. **Opinião com ressalva:** Examinamos as demonstrações contábeis da **Companhia Imobiliária Ibitirama S.A. ("Companhia")** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Companhia Imobiliária Ibitirama S.A.** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as pequenas e médias empresas. **Base para opinião com ressalva: Limitação de análise sobre o saldo de depósitos judiciais:** Até a conclusão dos nossos exames não tivemos acesso a documentação suporte para teste de existência e exatidão do montante de R$ 48.860, bem como não pudemos nos satisfazer por meio de outros procedimentos. Dessa forma, ficamos impossibilitados de avaliar a existência e exatidão do referido saldo na data de 31 de dezembro de 2023. **Ausência de conciliação de caixa e equivalentes de caixa:** Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentava saldo de caixa e equivalentes de caixa no montante de R$ 11.541. Não nos foi disponibilizada conciliação adequada para suportar todo esse saldo e não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente por meio de procedimentos alternativos. Consequentemente, não foi possível determinar se seriam necessários ajustes em relação a esse saldo nas demonstrações contábeis. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidades com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional:** Chamamos atenção para a Nota Explicativa n° 1 às demonstrações contábeis, que indica que a Companhia apresentou em 31 de dezembro de 2023 prejuízo no montante de R$ 829.322 (2022 – R$ 665.414). Esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na Nota Explicativa n° 1, indicam a existência de incerteza que pode levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior:** Os valores correspondentes às demonstrações contábeis, do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentados para fins de comparação, foram auditadas por nós, com relatório de auditoria com opinião com ressalva referente à limitação de análise sobre os depósitos judiciais datado em 1°de setembro de 2023. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de agosto de 2026.

BDO RCS
Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1

Diego Cavalcante Bastos
Contador
CRC 1 SP 292913/O-9

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 01/09/2026

ICP Brasil

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

Companhia Imobiliária Ibitirama S.A.

CNPJ nº 61.376.737/0001-06

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023 *(Valores expressos em Reais)*

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Ativo	Notas	2024	2023	Passivo e patrimônio líquido	Notas	2024	2023
Circulante				**Circulante**			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.261.662	439.119	Contas a pagar	6	72.129	71.925
Contas a receber		1.140	2.257	Obrigações tributárias e trabalhistas	7	38.615	64.695
Estoques	5	3.877	60.901	Outra contas a pagar	8	137.521	137.521
Tributos a recuperar		897	–	Dividendos a pagar		44.802	178.925
Outros créditos		11.900	34.113	Provisão para demandas judiciais	9	14.999	14.999
		2.279.476	**536.391**			**308.066**	**468.065**
Não circulante				**Patrimônio líquido**			
Imobilizado		–	–	Capital social	10	3.276.331	3.276.331
Depósitos judiciais	9	48.860	48.860	Prejuízos acumulados		(1.256.062)	(3.159.147)
		48.860	**48.860**			**2.020.270**	**117.185**
Total do ativo		**2.328.336**	**585.250**	**Total do Passivo e patrimônio líquido**		**2.328.336**	**585.250**

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31/12/2022	**3.276.331**	**(2.329.825)**	**946.506**
Prejuízo do exercício	–	(829.322)	**(829.322)**
Saldos em 31/12/2023	**3.276.331**	**(3.159.147)**	**117.185**
Lucro líquido do exercício	–	1.888.085	**1.888.085**
Ajustes de exercícios anteriores	–	15.000	**15.000**
Saldos em 31/12/2024	**3.276.331**	**(1.256.062)**	**2.020.270**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	Notas	2024	2023
Receita operacional líquida	11	3.007.592	356.987
(–) Custo de locação	12	(232.150)	(362.415)
(=) Lucro bruto		**2.775.442**	**(5.428)**
(+/–) (Despesas)/receitas operacionais			
Despesas administrativas	13	(955.980)	(875.639)
Outras receitas		50.847	4.175
(=) Resultado operacional antes do resultado financeiro		**1.870.308**	**(876.892)**
Receitas financeiras	14	186.737	113.142
Despesas financeiras	14	(3.231)	(4.535)
(=) Resultado financeiro líquido		**183.506**	**108.607**
(=) Resultado antes do IRPJ e CSLL		**2.053.814**	**(768.285)**
(–) CSLL	15	(56.760)	(21.224)
(–) IRPJ	15	(108.970)	(39.813)
(=) Lucro líquido/(prejuízo) do exercício		**1.888.085**	**(829.322)**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES

	2024	2023
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	**1.888.085**	**(829.322)**
Outros resultados abrangentes	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	**1.888.085**	**(829.322)**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	2024	2023
(=) Resultado antes do IRPJ e CSLL	**1.888.085**	**(829.322)**
Rendimento de aplicações financeiras não realizadas	**26.435**	4.541
Variação nos passivos operacionais:		
Impostos a recuperar	(897)	–
Outros ativos	80.355	105.398
Fornecedores	204	340
Salários e encargos	(29.686)	20.258
Impostos e contribuições	3.606	(9.565)
Outros passivos	(26.435)	(54.541)
Caixa líquido aplicados nas atividades operacionais	**1.941.666**	**(762.891)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de participação em empresas	–	–
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**–**	**–**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(119.122)	–
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	**(119.122)**	**–**
Aumento líquido/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	**1.822.543**	**(762.891)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	439.119	1.202.009
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	2.261.662	439.119
Aumento líquido/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	**1.822.544**	**(762.891)**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. Contexto operacional: A Cia Imobiliária Ibitirama ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua Libero Badaró, nº 293, 21º andar, Centro, São Paulo/SP. A Companhia tem por objeto a realização de empreendimentos imobiliários, de obra de engenharia civil, a incorporação de imóveis, construção de edifícios e residências, por conta própria ou de terceiros, por empreitada ou administração; compra, venda, administração e locação de bens móveis e imóveis próprios; e participação no capital de outras empresas. Entretanto, a sua principal atividade tem sido a realização de empreendimentos imobiliários, a compra e a venda de seu estoque de imóveis, sendo que nos últimos anos a Companhia vendeu a maior parte de seu estoque de imóveis. A Companhia vem apresentando prejuízos recorrentes e os sócios aprovaram um plano de desinvestimento dos seus ativos, visando à liquidação gradativa de suas operações. Até a data de aprovação destas demonstrações contábeis, não há definição quanto ao prazo de conclusão desse processo. As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no pressuposto de continuidade operacional, considerando as avaliações realizadas pela Administração. **2. Base de preparação:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades Anônimas 6.404/76 e contemplando os entendimentos da NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, aprovada pela Resolução CFC nº 2016/NBCTG1000(R1). Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Portanto as demonstrações contábeis incluem várias estimativas, entre elas, aquelas referentes à determinação das vidas úteis do ativo imobilizado e sua recuperabilidade nas operações, avaliações de ativos financeiros pelo seu valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise de risco na determinação da perda estimada para crédito de liquidação duvidosa, assim como análise dos demais riscos na determinação das demais provisões necessárias para passivos contingentes, provisões tributárias e outras similares. Por serem estimativas é possível que os resultados reais possam apresentar variações. As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 27 de agosto de 2026. **3. Resumo das principais práticas contábeis:** As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração dessas demonstrações contábeis são as seguintes: **(a) Instrumentos financeiros:** A Companhia reconhece os recebíveis, as aplicações financeiras e caixa e equivalente de caixa inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou liquidada. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(b) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa, depósitos bancários e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo. **(c) Aplicações financeiras:** As aplicações financeiras referem-se aos recursos de caixa aplicados em instituições financeiras no Brasil, estando tais recursos classificados fora do grupo de caixa e equivalentes de caixa em função de não fazerem parte da gestão do dia a dia da Companhia. **(d) Contas a receber:** As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente (quando da ocorrência de efeitos significativos) e deduzidas das Perdas para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD), quando aplicável. A PECLD é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não transacionou operações de contas a receber passíveis de ajuste a valor presente. **(e) Estoques:** Representam os ativos para negociação avaliados ao custo médio de aquisição ou de construção, que não excede o valor de mercado. A Companhia avalia em cada data de divulgação se existe qualquer indicação de que um ativo possa estar desvalorizado. Se tal indicação existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. Se não existir indicação de desvalorização, a Companhia não estima o seu valor recuperável. **(f) Fornecedores:** As contas a pagar fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo contabilizados de acordo com a competência e segregados entre passivo circulante e não circulante, de acordo com seu vencimento. **(g) Provisões: a) Geral**: Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. **b) Provisões para riscos trabalhistas:** A Companhia não possui riscos trabalhistas com caso provável, por isso não há registro de contingências. **(h) Receita de locação:** As receitas de locação são provenientes de imóveis, reconhecidos na rubrica imóveis a comercializar, que ainda não foram vendidos, mas que estão auferindo receita, conforme Nota Explicativa nº 5, a saber: • Loja Barão de Jaguará - São Paulo - adquirido em julho de 1959 e atualmente alugado para uma pessoa física; e • Edifício Garage Cogeral - São Paulo - adquirida conjuntamente com o item acima em julho de 1959 e atualmente alugado para uma administradora de estacionamentos (vendido em 26/03/2024). **(i) Receita de venda de imóveis:** A receita de venda de imóveis é proveniente de imóveis, reconhecidos na rubrica imóveis a comercializar, conforme Nota Explicativa nº 5, a saber: • Edifício Garage Cogeral - São Paulo - adquirida em julho de 1959. **(j) Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras compreendem receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias e juros passivos. **(k) Instrumentos Financeiros: Ativos e passivos financeiros**: **a) Ativos financeiros**: **(i) Reconhecimento inicial e mensuração**: Os instrumentos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa. **(ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros:** É avaliado nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. **b) Passivos financeiros: (i) Reconhecimento inicial e mensuração**: Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo ou como empréstimos e financiamentos. É determinada a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Os passivos financeiros incluem contas a pagar a fornecedores, e outras contas a pagar. **(ii) Desconhecimento (Baixa) :** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado. **(iii) Instrumentos financeiros – Apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **(l) Apuração do Resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. As receitas de prestação de serviços e de vendas são apresentadas líquidas dos impostos, das devoluções, cancelamentos, dos abatimentos e dos descontos incidentes sobre elas. As outras receitas e despesas operacionais correspondem aos efeitos de eventos significativos ocorridos durante o período que não se enquadrem na definição das demais rubricas da demonstração do resultado abrangente adotado. As despesas Contábeis incluem todas as despesas geradas pela dívida líquida, os encargos financeiros sobre os impostos e despesas de juros sobre os arrendamentos financeiros, bem como ajustes referentes a descontos financeiros. As receitas Contábeis incluem os rendimentos gerados pelo caixa e equivalentes de caixa, os descontos em compras obtidos de fornecedores e ajustes referentes a descontos. **(m) IRPJ e CSLL:** O IRPJ e a CSLL do exercício corrente são calculados pelo regime de lucro presumido considerando a presunção de 32% para a base de IRPJ e CSLL. O IRPJ é cálculo à alíquota de 15% sobre a base presumida, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 240.000 anual. A CSLL é calculada à alíquota de 9% sobre a base presumida. Os impostos correntes são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **3.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024:** As novas normas IFRS somente serão aplicadas no Brasil após a emissão das respectivas normas em português pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade. **a) Alterações na norma IAS 1/CPC 26 R1 Apresentação das demonstrações contábeis:** O IASB emitiu emendas à IAS 1 em janeiro de 2020 e em outubro de 2022, e estas alterações esclareceram os seguintes pontos: O direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses após o período do relatório deve ser substancial e existir antes do término deste período; Se o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito a covenants, tais covenants afetam a existência desse direito no final do período do relatório somente se a obrigação de cumprir o covenants existir no final do período do relatório ou antes dele; A classificação de um passivo como circulante ou não circulante não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de postergar a liquidação; e No caso de um passivo que possa ser liquidado, por opção da contraparte, pela transferência dos instrumentos patrimoniais da própria entidade, tais termos de liquidação não afetam a classificação do passivo como circulante ou não circulante somente se a opção for classificada como instrumento patrimonial. Essas alterações não têm efeito sobre a mensuração de quaisquer itens nas demonstrações contábeis da Companhia. **b) Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 R2 Arrendamento:** Acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e *leaseback*, que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47 para fins de contabilização como venda. Em 22 de setembro de 2022, o IASB emitiu emendas à IFRS 16 – que tratam da mensuração subsequente para transações de venda e *leaseback* (relocação). Antes das emendas, a IFRS 16 não continha requisitos de mensuração específicos para passivos de arrendamento que podem conter pagamentos variáveis de arrendamento decorrentes de uma transação de venda e relocação. Ao aplicar os requisitos de mensuração subsequentes de passivos de arrendamento a uma transação de venda e *leaseback*, o vendedor-locatário deve determinar "pagamentos de arrendamento" ou "pagamentos de arrendamento revistos" de forma que o vendedor-locatário não reconheça qualquer valor do ganho ou perda relacionados ao direito de uso retido pelo vendedor--locatário. Essas alterações não tiveram efeito nas demonstrações contábeis da Companhia. **c) Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1) :** Em 25 de maio de 2023, o IASB emitiu emendas a IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa e a IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação. As emendas exigem que as entidades forneçam certas divulgações específicas (qualitativas e quantitativas) relacionadas aos acordos de financiamento de fornecedores (*reverse factoring*, *forfait* ou risco sacado). As alterações também fornecem orientações sobre as características dos acordos de financiamento de fornecedores. Essas alterações não tiveram efeito nas demonstrações contábeis da Companhia. **3.2. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não entraram em vigor em 31 de dezembro de 2024:** Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber: **a) Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2) -** exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis compreenderem o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 1° de janeiro de 2025; **b) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 –** classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 1° de janeiro de 2026; **c) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 –** podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 1° de janeiro de 2026; **d) IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras.** A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 1° de janeiro de 2027; **e) Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública:** Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 1° de janeiro de 2027. A Companhia avaliou as suas políticas contábeis no contexto da referida Orientação e não identificou a necessidade de ajustes nas suas demonstrações contábeis. **4. Caixa e equivalentes de caixa:** Os valores mantidos como caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:

	2024	2023
Bancos	11.971	13.279
Aplicações financeiras	2.249.691	425.840
	2.261.662	**439.119**

As aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa e são remunerados às taxas que variam entre 100% e 101,5% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Os recursos com restrição trata-se de recebimentos de valores específicos para projetos financiados. **5. Estoques:**

	2024	2023
Garage Cogeral l5	–	57.024
Loja Edifício Cogeral	3.877	3.877
	3.877	**60.901**

Os imóveis em 31 de dezembro de 2024 encontram-se disponíveis para vendas. Até que a vendas dos imóveis sejam realizadas a Companhia irá auferir receita de aluguel. A Garage Cogeral foi vendida em 23 de março de 2024, por meio de operação realizada a valor negociado entre partes independentes e em condições normais de mercado. 6. **Contas a pagar:**

	2024	2023
Pinheiro Neto Advogados	55.101	55.101
Fharos Serviços Administrativos	7.330	7.330
Cardillo & Prado Rossi Advogados	2.681	2.681
Sah Contábil	1.775	1.775
Outros	5.242	5.039
	72.129	**71.925**

7. Obrigações tributárias e trabalhistas:

	2024	2023
PIS a Recolher	7	201
COFINS a Recolher	26	926
IRRF a recolher PJ	250	223
IRRF a recolher PF	12.012	19.325
CSRF Retido a recolher	2.075	2.005
IRPJ a pagar	5.767	5.567
CSLL a pagar	10.751	6.409
Pró–labore a pagar	–	22.373
INSS a recolher	7.727	7.666
	38.615	**64.695**

8. Partes relacionadas: Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 a Companhia possui o montante de R$ 137.521, oriundo da redução de capital realizada no exercício de 2012. **Partes relacionadas - Passivo:** O valor é devido aos seguintes acionistas, conforme demonstrado a seguir:

Em reais	2024	2023
Diana Shor malach	137.500	137.500
Alex Gliksman Goldstein	21	21
	137.521	**137.521**

Partes relacionadas – Ativo:

Em reais	2023	2022
Goldstone Overseas Corp.	5.502	5.502
	5.502	**5.502**

Os montantes referentes a remuneração do pessoal chave da Administração estão apresentados a seguir:

	2024	2023
Pró–labore	–	22.373
	–	–

Não há outras operações com partes relacionadas.

9. Provisão para demandas judiciais:

	2024	2023
Cíveis e tributárias	14.999	14.999
	14.999	**14.999**

Para as causas discutidas em juízo a Companhia depositou o montante de R$ 48.860 em 31 de dezembro de 2024 (R$ 48.860 mil em 31 de dezembro de 2023). Foram constituídas provisões para fazer frente a eventuais perdas que possam resultar da resolução final de processos judiciais, além dessas provisões existem causas possíveis de perda, as quais totalizam R$ 9.744 mil em 31 de dezembro de 2024 (R$ 11.590 mil em 31 de dezembro de 2023). **10. Patrimônio líquido: (a) Capital social:** O capital social da Companhia é de R$ 3.276.331 (três milhões, duzentos e setenta e seis mil, trezentos e trinta e um reais), dividido em 4.300.000.000 (quatro bilhões e trezentos milhões) de ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. O valor ajustado da ação pelo patrimônio líquido está apresentado a seguir: **Em Reais**

Acionista	%	Quantidade de Ações	Valor Unitário das Ações	Valor das Ações
Abraham Shor Myzkin	10,00%	430.000.000	0,0002	94.651
Aida Gliksman L. de Shor	10,00%	430.000.000	0,0002	94.651
Diana Shor Malach	2,50%	107.500.000	0,0002	23.663
Jacqueline Perla Shor Gliksman	2,50%	107.500.000	0,0002	23.663
Nathan Shor Gliksman	2,50%	107.500.000	0,0002	23.663
Renato Alois Andriani Grinberg	3,75%	161.250.000	0,0002	35.494
Ricardo Jose Grinberg	3,75%	161.250.000	0,0002	35.494
Fund.Ben.Elijass Gliksmanis	15,00%	645.000.000	0,0002	141.976
Roni Askenazy	7,50%	322.500.000	0,0002	70.988
Ivan Peder Alois Glucksman	0,00%	1	0,0002	0
Alex Gliksman Goldstein	0,00%	61.232	0,0002	13
Miu Holdings Limited	5,36%	230.480.000	0,0002	50.733
Carlos Gliksman	1,00%	43.061.275	0,0002	9.479
Goldstone Overseas Corp.	25,14%	1.080.897.492	0,0002	237.925
Anna Charlotte G. Ronstrom	4,00%	172.000.000	0,0002	37.860
Jan Leopold Glucksman	4,00%	172.000.000	0,0002	37.860
Lisa Greene	3,00%	129.000.000	0,0002	28.395
Total	**100,00%**	**4.300.000.000**	**0,0002**	**946.506**

11. Receitas operacionais:	**2024**	**2023**
Receita de aluguéis	121.528	370.510
Receita de venda de imóveis	3.000.000	–
Impostos sobre venda e locação	(113.936)	(13.524)
	3.007.592	**356.987**

12. Custos:	**2024**	**2023**
Seguros	–	2.232
Condomínio e outros custos	232.150	360.183
	232.150	**362.415**

13. Despesas por natureza:	**2024**	**2023**
Pró–Labore	390.904	342.041
INSS	78.180	68.408
Prestadores de serviços e outros	486.896	465.190
	955.980	**875.639**

14. Resultado financeiro líquido:	**2024**	**2023**
Despesas bancárias	(3.228)	(4.333)
Juros e Multas	(3)	(201)
Descontos obtidos	21	–
Outras receitas – Dividendos e JCP	127	1.358
Rendimentos sobre aplicações financeiras	213.024	116.325
Aplicações financeiras não realizadas	(26.435)	(4.541)
	183.506	**108.607**

15. IRPJ e CSLL – corrente: O IRPJ (IRPJ) e a CSLL sobre o lucro líquido (CSLL) do exercício foram calculados conforme o regime de lucro presumido, a partir das receitas provenientes de venda de imóveis, aluguéis de imóveis e aplicações financeiras. O IRPJ é calculado pela alíquota de 15% sobre a base de cálculo presumida do imposto, acrescido de 10%, para a base de cálculo excedente a R$ 60.000,00 no trimestre, e a CSLL calculada pela alíquota de 9% sobre a base de cálculo presumida do imposto. **16. Eventos subsequentes:** Em 28 de março 2025, após a data das demonstrações contábeis, a Companhia recebeu o montante de R$180.000,00 referente ao processo judicial movido contra a Allpark Empreendimentos Participações e Serviços S.A., a título de indenização por danos materiais constatados no imóvel locado "Garage Cogeral l5". De acordo com a Seção 32 da NBC TG 1000 R1, tal transação caracteriza-se como evento subsequente que não exige ajuste, uma vez que não fornece evidências de condições existentes na data do balanço. Assim, nenhum impacto foi registrado nas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2024.

DIRETORIA

Ivan Peder Alois Glücksman - *Diretor presidente*

Renato Alois Andriani Grinberg - *Diretor*

Jeane Maria Araujo de Souza - *Contadora - CRC 1SP308277/O-5*

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Companhia Imobiliária Ibitirama S.A.,** São Paulo – SP. **Opinião com ressalva:** Examinamos as demonstrações contábeis da **Companhia Imobiliária Ibitirama S.A. ("Companhia")** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Companhia Imobiliária Ibitirama S.A.** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as pequenas e médias empresas. **Base para opinião com ressalva: Limitação de análise sobre o saldo de depósitos judiciais:** Até a conclusão dos nossos exames não tivemos acesso a documentação suporte para teste de existência e exatidão do montante de R$ 48.860, bem como não pudemos nos satisfazer por meio de outros procedimentos. Dessa forma, ficamos impossibilitados de avaliar a existência e exatidão do referido saldo na data de 31 de dezembro de 2023. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidades com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional:** Chamamos atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis, que indica que, apesar do lucro apurado em 31 de dezembro de 2024, no montante de R$ 1.888.085 (2023: prejuízo de R$ 829.322), a Companhia permanece sujeita a eventos e condições descritos na referida nota que indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à sua capacidade de continuidade operacional. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior:** Os valores correspondentes às demonstrações contábeis, do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentados para fins de comparação, foram auditadas por nós, com relatório de auditoria com opinião com ressalva referente à limitação de análise sobre os depósitos judiciais e ausência de conciliação de caixa e equivalente de caixa datado de 27 de agosto de 2026. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de agosto de 2026.

BDO RCS
Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1

Diego Cavalcante Bastos
Contador
CRC 1 SP 292913/O-9

Score Latin América Consultoria e Promoções S.A.

CNPJ nº 03.963.135/0001-40

A Score Latin América Consultoria e Promoções S/A., é uma companhia que tem por objeto social a atividade de publicidade, propaganda, coordenação de campanhas publicitárias, promoção e ou produção de espetáculos artísticos, culturais e esportivos, dentre outros, constituída em 2 de agosto de 2000 na forma de sociedade anônima de capital fechado domiciliado no Brasil. O endereço registrado na Companhia é Rua Iguatemi, 236, Loja 1, Itaim Bibi, São Paulo/SP. As operações são conduzidas no contexto do conjunto de empresas integrantes do Grupo Score, as quais atuam integradamente, utilizando-se de uma mesma estrutura operacional. Os benefícios dos serviços prestados entre essas empresas e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, segundo a praticabilidade deles serem atribuídos.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADOS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31/12/2025 E 2024 *(Valores em milhares de Reais)*

BALANÇOS PATRIMONIAIS

	Controladora		Consolidado	
Ativo	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	286	280	1.277	280
Contas a receber	48.930	32.001	48.930	32.001
Tributos a recuperar	1.174	1.049	1.174	1.049
Partes relacionadas	14.073	3.633	14.073	3.633
Outros ativos	3.102	705	3.102	705
Total do ativo circulante	**67.565**	**37.668**	**68.556**	**37.668**
Ativo não circulante				
Impostos diferidos	3.267	1.804	3.267	1.804
Investimento	490	–	–	–
Imobilizado	214	263	214	263
Intangível	772	659	772	659
Total do ativo não circulante	**4.743**	**2.726**	**4.253**	**2.726**
Total do ativo	**72.308**	**40.394**	**72.809**	**40.394**
	Controladora		**Consolidado**	
Passivo	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
Passivo circulante				
Fornecedores e risco sacado	38.701	13.996	38.701	13.996
Obrigações tributárias	3.687	3.381	3.687	3.381
Obrigações trabalhistas	1.774	2.173	1.774	2.173
Dividendos a pagar	1.516	869	1.516	869
Partes relacionadas	17.094	3.421	17.094	3.421
Outros passivos	1.969	–	2.470	–
Total do passivo circulante	**64.741**	**23.840**	**65.242**	**23.840**
Passivo não circulante				
Provisões para demandas judiciais	540	540	540	540
Total do passivo não circulante	**540**	**540**	**540**	**540**
Patrimônio líquido				
Capital social	5.856	5.856	5.856	5.856
Reserva legal	1.171	1.171	1.171	1.171
Reserva de lucros	–	8.987	–	8.987
Total do patrimônio líquido	**7.027**	**16.014**	**7.027**	**16.014**
Total do passivo e patrimônio líquido	**72.308**	**40.394**	**72.809**	**40.394**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES

	Controladora		Consolidado	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
Lucro líquido do exercício	**3.551**	**8.987**	**3.715**	**8.987**
Outros resultados abrangentes	–	–		–
Resultado abrangente total do exercício	**3.551**	**8.987**	**3.715**	**8.987**
Acionista controlador			3.551	8.987
Acionista não controlador			164	–

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total Controladora
Saldos em 31/12/2023	**5.856**	**1.171**	**–**	**–**	**7.027**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	8.987	**8.987**
Constituição da reserva de lucros	–	–	8.987	(8.987)	**–**
Saldos em 31/12/2024	**5.856**	**1.171**	**8.987**	**–**	**16.014**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	3.551	**3.551**
Constituição da reserva de lucros	–	–	3.551	(3.551)	**–**
Distribuição de dividendos	–	–	(12.538)	–	**(12.538)**
Saldos em 31/12/2025	**5.856**	**1.171**	**–**	**–**	**7.027**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	Controladora		Consolidado	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
Receita líquida	**100.529**	**76.595**	**102.210**	**76.595**
Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados	(87.262)	(54.838)	(88.155)	(54.838)
Lucro bruto	**13.267**	**21.757**	**14.055**	**21.757**
Despesas (receitas) operacionais				
Despesas gerais e administrativas	(7.240)	(7.847)	(7.556)	(7.847)
Despesas comerciais	(601)	(230)	(601)	(230)
Outras (despesas) receitas operacionais	68	2	68	2
Resultado de equivalência patrimonial	240	–	–	–
Lucros antes do result. financeiro	**5.734**	**13.682**	**5.966**	**13.682**
Despesas financeiras	(473)	(505)	(473)	(505)
Receitas financeiras	119	19	119	19
Lucro antes do IRPJ e CSLL	**5.380**	**13.196**	**5.612**	**13.196**
IRPJ e CSLL – Corrente	(4.508)	(3.867)	(4.508)	(3.867)
IRPJ e CSLL – Diferido	2.679	(342)	2.679	(342)
Lucro líquido do exercício	**3.551**	**8.987**	**3.715**	**8.987**
Acionista controlador			3.551	8.987
Acionista não controlador			164	–

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
Lucro líquido do exercício	**3.551**	**8.987**	**3.715**	**8.987**
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais				
Depreciação e amortização	667	1.010	667	1.010
Impostos diferidos	(1.463)	342	(1.463)	342
Provisão para demandas judiciais	–	–	–	–
Baixas do imobilizado	–	14	–	14
Equivalência patrimonial	(240)	–	–	–
Variação nas contas de ativos e passivos operacionais				
Contas a receber	(16.929)	(8.384)	(16.929)	(8.384)
Tributos a recuperar	(125)	250	(125)	250
Outros ativos	(2.397)	204	(2.397)	204
Fornecedores e risco sacado	24.705	944	24.705	944
Obrigações tributárias	306	2.915	306	2.915
Obrigações trabalhistas	399	(1.477)	399	(1.477)
Outros passivos	(1.969)	(30)	(1.970)	(30)
IRPJ e CSLL pagos no exercício	(2.729)	455	(2.632)	455
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**3.776**	**5.231**	**4.277**	**5.231**
Fluxo de caixa de atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado e intangível	(1.184)	(473)	(694)	(473)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	**(1.184)**	**(473)**	**(694)**	**(473)**
Fluxo de caixa de atividades de financiamento				
Partes relacionadas	(3.233)	131	(3.233)	131
Dividendos pagos	647	(4.698)	647	(4.698)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	**(2.586)**	**(4.567)**	**(2.586)**	**(4.567)**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**6**	**191**	**997**	**191**
Demonstração da (redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	280	89	280	89
No fim do exercício	286	280	1.277	280
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**6**	**191**	**997**	**191**

As demonstrações contábeis da Companhia foram aprovadas pela Diretoria em 29/05/2026. A Diretoria da Companhia declarou que discutiu, revisou e concordou com as demonstrações contábeis da Companhia e com a opinião expressa no relatório dos auditores independentes relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2025. As demonstrações contábeis para o exercício findo em 31/12/2025 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e estão em conformidade com as normas do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aplicáveis a entidades de pequeno e médio porte, especificamente à Interpretação Técnica Geral (ITG) 1000, conforme Resolução do CFC, número 1.148/2012.

A DIRETORIA

Mauro Faustino da Silva Junior - Vice-Presidente de Finanças

Claudemir Aparecido de Carvalho - Contador - CRC 1SP193253/O-8

Score Latin America Consultoria e Promoções S.A.

CNPJ n° 03.963.135/0001-40 - NIRE 35.300.491.769 ("Companhia")

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de dezembro de 2025

Data, Horário e Local: Realizada ao 31 (trinta e um) de dezembro de 2025, às 10:00 horas, na sede da Companhia, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Rua Iguatemi, n° 236, Loja 1, Itaim Bibi, CEP 01451-010. **Presença:** Estavam presentes à Assembleia a totalidade dos acionistas, conforme assinaturas apostas no final desta Ata. **Composição da Mesa:** Presidente: Sr. **Genival Pereira de Brito Júnior**; e Secretário: **Mauro Faustino da Silva Junior**. **Convocação:** Convocação dispensada em razão da presença da totalidade dos acionistas da Companhia, conforme disposto no parágrafo 4°, do Artigo 124, da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). **Ordem do Dia:** Deliberar sobre a (i) aprovação das contas da Diretoria, o balanço patrimonial e as demonstrações do resultado econômico da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 bem como a destinação do resultado econômico da Companhia e (ii) a aprovação da distribuição de dividendos da Companhia. **Deliberações:** Abertos os trabalhos, os acionistas presentes aprovaram por unanimidade e sem reservas, as matérias da Ordem do Dia, sem qualquer restrição: **(i)** as contas apresentadas pela Diretoria da Companhia, o balanço patrimonial, bem como as demonstrações do resultado econômico da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; e **Encerramento:** Oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso, não tendo havido manifestação nem existindo outro assunto a ser tratado, foram encerrados os trabalhos e suspensa a assembleia pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, no livro próprio, a qual, lida e aprovada, foi assinada pelos presentes. **Acionistas Presentes:** B+Score Participações e Empreendimentos Ltda., neste ato representada por seus administradores, Srs. Genival Pereira de Brito Júnior e Mauro Faustino da Silva Júnior, Genival Pereira de Brito Júnior, Mauro Faustino da Silva Júnior, Lucas da Cunha Elias, Carolina Gouveia Vanuci Rizzi, Fabrício Müller Klug, Albano Gomes dos Santos Neto, Fabrício Natoli Ferreira e Juliano de Menezes Lau. São Paulo, 31 de dezembro de 2025. JUCESP n° 144.242/26-6 em 23/03/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

Publique no
Data Mercantil!
A decisão certa em todos os momentos.
Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br
Contato: (11) 3361-8833
Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br
DATA MERCANTIL São Paulo

Alumni Investimentos S.A.

CNPJ nº 48.818.746/0001-33 - NIRE 35300605390

Ata da Assembleia Geral Extraordinária

1. Data, Horário e Local: Ao 15º dia do mês de junho de 2026, às 14:00 horas, na sede social da Sociedade, na Rua Paschoal Bardaro, nº 1075, Sala 82, Edifício Le Monde, Jardim Botânico, na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, CEP 14021-655. **2. Presenças:** Dispensada a convocação prévia, consoante o dispositivo no § 4º do art. 124 da Lei 6.404/76 (Lei das Sociedade por Ações). **3. Mesa Dirigente:** Os trabalhos foram presididos por: Sr. Fabiano Vital Guerra, brasileiro, casado, diretor de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 24.162.113-6 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 162.070.818-38, que indica para secretariar a os trabalhos a Sra. Flávia Shizuko Nakau Murata Frandoloso, brasileira, casada, administradora, portadora da cédula de identidade RG nº 26.334.769-2 SSP/SP e do CPF sob nº 218.672.528-21, ambos com escritório comercial na Rua Paschoal Bardaro, nº 1075, Sala 82, Edifício Le Monde, Jardim Botânico, na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, CEP 14021-655. **4. Ordem do Dia:** (A) A destituição da Sra. Rafaela Vannucci do cargo de Diretora da Companhia, (B) A destituição do Sr. Angelo Guerra Netto do cargo de Diretor da Companhia, (C) Integralização de capital social e (D) Alteração do artigo 6º do estatuto. **5. Deliberações:** Após exame e discussão, foi deliberada por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições: 5.1. Destituição de Diretora. Após discussão, por maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes, foi deliberada e aprovada a destituição da Sra. **Rafaela Vannucci**, brasileira, nascida em 30/06/1979, solteira, administradora, portadora da Cédula de Identidade RG nº 25.597.378-0 SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob o nº 264.980.848-98, com escritório comercial localizado na Rua Afonso Arinos 1456, Bairro Jardim Piratininga, na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, CEP 14030-783, do cargo de Diretora da Alumni Investimentos S.A., com efeitos a partir desta data. Na sequência, os acionistas, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, deliberaram e aprovaram outorgar à Sra. **Rafaela Vannucci**, acima qualificada, a mais ampla, geral, irrevogável e irretratável quitação relativamente a todos os atos de gestão por ela praticados no exercício do cargo de Diretora da Companhia, durante todo o período de sua gestão e até a presente data, declarando os acionistas e a Companhia, neste ato, nada mais terem a reclamar da Sra. **Rafaela Vannucci**, a qualquer título, em juízo ou fora dele, em relação ao referido cargo e período, ressalvadas tão somente as hipóteses de dolo, fraude ou simulação. Na mesma oportunidade, a Sra. **Rafaela Vannucci**, acima qualificada, outorga à Alumni Investimentos S.A. e aos seus acionistas a mais ampla, geral, irrevogável e irretratável quitação relativamente a todas as remunerações, pró-labore, honorários, reembolsos e quaisquer outros valores ou obrigações decorrentes do exercício do cargo de Diretora, durante todo o período de sua gestão e até a presente data, declarando nada mais ter a reclamar da Companhia e de seus acionistas, a qualquer título, em juízo ou fora dele, em relação ao referido cargo e período. 5.2. Destituição de Diretor. Após discussão, por maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes, foi deliberada e aprovada a destituição do Sr. **Angelo Guerra Netto**, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 22.972.490-5 SSP/SP e do CPF nº 117.700.928-54, com escritório comercial à Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1545, conjunto comercial nº 76, Torre Comercial Horizonte Offices, Bairro Vila Nova Conceição, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP. 04.543-011, do cargo de Diretor da Alumni Investimentos S.A., com efeitos a partir desta data. Na sequência, os acionistas, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, deliberaram e aprovaram outorgar ao Sr. **Angelo Guerra Netto**, acima qualificado, a mais ampla, geral, irrevogável e irretratável quitação relativamente a todos os atos de gestão por ele praticados no exercício do cargo de Diretor da Companhia, durante todo o período de sua gestão e até a presente data, declarando os acionistas e a Companhia, neste ato, nada mais terem a reclamar do Sr. **Angelo Guerra Netto**, a qualquer título, em juízo ou fora dele, em relação ao referido cargo e período, ressalvadas tão somente as hipóteses de dolo, fraude ou simulação. Na mesma oportunidade, o Sr. **Angelo Guerra Netto**, acima qualificado, outorga à Alumni Investimentos S.A. e aos seus acionistas a mais ampla, geral, irrevogável e irretratável quitação relativamente a todas as remunerações, pró-labore, honorários, reembolsos e quaisquer outros valores ou obrigações decorrentes do exercício do cargo de Diretor, durante todo o período de sua gestão e até a presente data, declarando nada mais ter a reclamar da Companhia e de seus acionistas, a qualquer título, em juízo ou fora dele, em relação ao referido cargo e período. 5.3. Integralização de Capital Social. Foi deliberada por maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes a integralização de 999.000 (novecentas e noventa e nove mil) ações, todas ordinárias e nominativas, sem valor nominal, integralizadas pelos acionistas na proporção de suas participações, conforme Boletim de Subscrição (anexo II), em moeda corrente nacional no valor correspondente a R$ 999.000 (novecentas e noventa e nove mil reais) resultando no capital social totalmente integralizado. 5.4. Alteração do Estatuto Social. Para refletir a nova estrutura acionária, o artigo 6º do Estatuto Social da Companhia passa a vigorar com a seguinte redação**:** *"Artigo 6º. O capital social é composto por R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), dividido em 1.000.000,00 (um milhão) de ações, todas ordinárias, nominativas e totalmente integralizadas em moeda corrente nacional."* **9. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrados os trabalhos e suspendeu a Assembleia pelo tempo necessário à lavratura da presente ata que, depois de lida e achada conforme, foi aprovada e lavrada na Forma de Sumário, nos termos do § 1º, Art. 130, da Lei nº 6.404/76, e assinada pelos presentes em livro próprio. **10. Assinaturas:** Fabiano Vital Guerra - Presidente da Mesa e Flávia Shizuko Nakau Murata Frandoloso – Secretária. Esta é cópia fiel do original lavrado em livro próprio. Ribeirão Preto/SP, 15 de junho de 2026. **Acionistas: Alumni Administração e Participações Ltda.,** Por Sr. Angelo Guerra Netto, Sócio e Administrador; **Flávia Shizuko Nakau Murata Frandoloso, Fabiano Vital Guerra, Lucas Tosato Rocha, José Adriano Guerra, Eduardo Godoy Scarpellini, Gabriel Peron Scarpellini, Pedro Alves Guerra. Diretores: Fabiano Vital Guerra, Flávia Shizuko Nakau Murata Frandoloso, Lucas Tosato Rocha. Diretores Destituídos: Rafaela Vannucci e Angelo Guerra Netto.** JUCESP nº 310.509/26-9 em 17/08/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

QISTA S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ/MF nº 36.583.700/0001-01 - NIRE 35.300.550.242

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de agosto de 2026

1. Data, Hora e Local: no 12 dia do mês de agosto de 2026, às 09:00 horas, na sede social da **Qista S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento**, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Magalhães de Castro, nº 4.800, 9º andar, conjunto 92, sala 04, Cidade Jardim, CEP 05676-120 ("Companhia"). **2. Convocação e Presença.** Em conformidade com o artigo 124 parágrafo 4º da Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"), e dispensada a publicação de editais de convocação em virtude da presença dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes no Livro de Presença de Acionistas, o qual permanece arquivado na sede da Companhia. **3. Mesa: Presidente:** Sr. Alexandre Mariano Corral Antunes; e **Secretária:** Sra. Márcia Pacianotto Ribeiro. **4. Ordem do Dia:** discutir e deliberar sobre: **(i)** a instalação de Posto de Atendimento da Companhia na cidade de Salvador, Estado da Bahia; e **(ii)** Autorização à administração da Companhia para proceder com as implementações aprovadas na presente. **5. Deliberações:** Os acionistas da Companhia aprovaram, sem quaisquer ressalvas: **5.1. Da instalação de Posto de Atendimento.** a instalação de um Posto de Atendimento da Companhia, a ser estabelecido na Rua Conselheiro Dantas Nº 57 - Edif Paraguassu; Loja:01 - Bairro: Comércio, Salvador - Bahia Cep: 40015070, destinado ao exercício das atividades compreendidas no objeto social da Companhia. **5.1.1.** O Posto de Atendimento utilizará a denominação social da Companhia, observadas as exigências dos órgãos competentes para sua regular constituição e funcionamento. **5.2. Autorização à Administração.** Por fim, os acionistas autorizam os administradores da Companhia a adotarem todas e quaisquer providências necessárias e cabíveis para efetivar e implementar as deliberações desta Assembleia, bem como para proceder ao arquivamento desta ata na Junta Comercial do Estado de São Paulo. **6. Encerramento e Assinaturas:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata, que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. A presente Ata confere com a original lavrada em livro próprio. *Confere com o original em livro próprio*. São Paulo (SP), 12 de agosto de 2026. **Mesa: Alexandre Mariano Corral Antunes,** Presidente; **Márcia Pacianotto Ribeiro,** Secretária. **Acionistas: Qista Holding Financeira S.A., Alexandre Mariano Corral Antunes,** Diretor Presidente. **Alan Zelazo.** JUCESP nº 328.941/26-8 em 27/08/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

NW BRA S.A.

CNPJ/MF 67.878.747/0001-18 - NIRE 35300697693

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 20 de Julho de 2026

1. Data, Hora e Local. Em 20 de julho de 2026, às 10 horas, na sede da **Companhia**, localizada no Município de Vinhedo, Estado de São Paulo, na Rua Edgar Marchiori, nº 255, Setor NW, Distrito Industrial Benedito Storani, CEP 13288-006 ("Companhia"). **2. Convocação e Presença.** Dispensadas as formalidades de convocação, em vista da presença dos acionistas titulares da totalidade do capital social da Companhia, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."). **3. Mesa.** Presidente: Mauricio Pires Motta; e Secretário: Matheus Trinca Fernandes. **4. Ordem do Dia.** Deliberar sobre **(i)** a dissolução e liquidação da Companhia, nos termos dos artigos 136, inciso X, 206, inciso I, alínea "c" e 208 da Lei das S.A.; **(ii)** a nomeação do liquidante e a dispensa da instalação do Conselho Fiscal; **(iii)** a aprovação do balanço patrimonial de encerramento da Companhia; **(iv)** a aprovação da partilha do ativo remanescente da Companhia; **(v)** o encerramento das atividades sociais, extinção da Companhia e da nomeação do responsável pela guarda dos livros da Companhia, nos termos dos artigos 216, § 1º e 219, inciso I, da Lei das S.A.; e **(vi)** a autorização ao liquidante e à Diretoria da Companhia para praticarem todos os atos necessários à efetivação das deliberações ora tomadas. **5. Deliberações.** Os acionistas examinaram e discutiram as matérias constantes da ordem do dia e aprovaram, por unanimidade e sem ressalvas: **(i)** a dissolução e liquidação da Companhia, nos termos dos artigos 136, inciso X, 206, inciso I, alínea "c" e 208 da Lei das S.A., ocorrendo a liquidação de maneira concomitante à dissolução, nesta data, com base em balanço patrimonial de encerramento da Companhia levantado em 20 de julho de 2026, constante do **Anexo I** à presente ata ("**Balanço de Encerramento**"), tendo em vista que os acionistas da Companhia não têm mais interesse na continuidade dos negócios sociais e que a Companhia não tem quaisquer passivos, dívidas, obrigações ou responsabilidade com terceiros; **(ii)** a nomeação do liquidante e o responsável pela guarda dos livros e documentos da Companhia, nos termos do artigo 122, inciso VIII, e do artigo 208, caput, da Lei das S.A., elegendo-se para tais funções o Sr. **Matheus Trinca Fernandes**, brasileiro, casado, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 33.470.783-3 expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 263.182.178-51, com endereço profissional no Município de Vinhedo, Estado de São Paulo, na Rua Edgar Marchiori, nº 255, Distrito Industrial Benedito Storani, CEP 13288-006, o qual assume integralmente as atribuições inerentes ao cargo para o qual é nomeado, passando a ser responsável pela guarda dos livros societários, documentos fiscais e contábeis da Companhia, comprometendo-se a promover a averbação de sua nomeação no registro competente, bem como ficando investido de todos os poderes necessários para praticar os atos de liquidação, inclusive assinar quaisquer documentos e requerimentos para baixa, cancelamento e encerramento das inscrições, registros e cadastros da Companhia perante as repartições públicas federais, estaduais e municipais que se fizerem necessários, observadas as disposições da legislação aplicável, ficando desde já consignado que todas as despesas necessárias à baixa dos registros da Companhia perante as juntas comerciais e das inscrições fiscais, inclusive eventuais taxas e tributos, serão suportadas pelos acionistas da Companhia. Ficou dispensada, ainda, a instalação do Conselho Fiscal da Companhia durante a liquidação; **(iii)** de forma integral, o Balanço de Encerramento, constante do **Anexo I** à presente ata; **(iv)** tendo em vista que no Balanço de Encerramento não consta nenhum passivo e os únicos ativos da Companhia são (a) R$ 1.000 (mil reais) existentes na conta do capital social e (b) a participação societária detida na **NW COL LLC**, sociedade constituída e existente de acordo com as leis dos Estados Unidos da América, com sede na 251 Little Falls Drive, 19808, na Cidade de Wilmington, Estado de Delaware, Estados Unidos da América ("**NW COL LLC**"), representativas de 100% (cem por cento) do capital social da NW COL LLC. Assim, fica aprovada, a transferência dos ativos referidos acima aos acionistas da Companhia, conforme suas respectivas participações no capital social da Companhia; **(v)** dessa forma, havendo o liquidante destinado os ativos remanescentes para os acionistas da Companhia, não havendo passivos ou obrigações com terceiros em aberto, e tendo sido aprovadas as respectivas contas elaboradas e ora apresentadas pelo liquidante, bem como o Relatório e a Prestação de Contas, apresentados na forma do Artigo 210, inciso VIII da Lei das S.A., o qual consta como **Anexo II** à presente ata, os acionistas declaram que ficam definitivamente encerradas as atividades sociais, sendo extinta a Companhia, nos termos dos Artigos 216, §1º e 219, inciso I, ambos da Lei das S.A., para todos os fins e efeitos legais; e **(vi)** autorizar o liquidante e a Diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações ora tomadas, incluindo, sem limitação, todos os atos necessários para formalizar a liquidação, dissolução e extinção da Companhia. **6. Encerramento, Lavratura e Aprovação.** Nada mais havendo a tratar, e como nenhum dos presentes quisesse fazer uso da palavra, foram encerrados os trabalhos. Os acionistas presentes aprovaram a lavratura da ata na forma de sumário, nos termos do § 1º do artigo 130 da Lei das S.A. Após, a ata foi lida, achada conforme e assinada por todos ospresentes. **Mesa:** Presidente: Mauricio Pires Motta , Secretário: Matheus Trinca Fernandes. **Acionistas Presentes:** Vinci Capital Partners IV B FI em Participações Multiestratégia Responsabilidade Limitada; GEF Latam Climate Solutions Fundo de Investimento Em Participações; GEF Latam Logística I Fundo de Investimento em Participações – Coinvestimento; Mauricio Pires Motta; Osmar Cossi Junior; Guilherme Jacyntho; Fabrício Ferrari Silveira; e Matheus Trinca Fernandes. São Paulo, 20 de julho de 2026. A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. JUCESP nº 339.871/26-0 em 27/08/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

Qualiciclo Agrícola S.A.

CNPJ/MF nº 04.784.681/0001-87 - NIRE 35.300.557.743 - Sociedade por Ações Fechada

Edital de Convocação de Reunião de Assembleia Geral Extraordinária
a ser realizada em 9 de setembro de 2026

A acionista **Distribuidora Pitangueiras de Produtos Agropecuários S.A.**, sociedade por ações fechada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.069.113/0001-08, nos termos do Acordo de Acionistas da Companhia, vem pela presente, convocar os senhores acionistas da **Qualiciclo Agrícola S.A.**, sociedade por ações fechada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.784.681/0001-87, com sede na Av. Mogi Mirim, nº 934, complemento 1002, bairro Boa Vista, no município de Limeira, no Estado de São Paulo, CEP 13.486-170 ("**Companhia**"), a se reunirem em reunião de Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 9 de setembro de 2026, às 10:00, de forma exclusivamente digital, para examinar, discutir e deliberar a respeito da seguinte ordem do dia: **1.** Consignar a renúncia do Sr. Carlos Alexandre Cosendey de Aquino ao cargo de Diretor da Companhia; **2.** Eleger o Sr. Christophe Montenegro Moreira ao cargo de Diretor da Companhia; e **3.** Autorização a administração da Companhia a praticar todos os atos necessários para a implementação das deliberações tomadas na Assembleia. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral serão disponibilizados aos acionistas por correio eletrônico até 4 de setembro de 2026. A Companhia realizará o envio do convite da plataforma Microsoft Teams em até 48 horas antes do horário de início da reunião a todos os acionistas. Ponta Grossa/PR, dias 1, 2 e 3 de setembro de 2026. **Distribuidora Pitangueiras de Produtos Agropecuários S.A.** *p. Carlos Alexandre Cosendey de Aquino.* (01, 02 e 03/09/2026)

Publique no
Data Mercantil!
A decisão certa em todos os momentos.
Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br
Contato: (11) 3361-8833
Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br
DATA MERCANTIL São Paulo

Global Products Solutions Latin América Indústria e Comércio S.A.

CNPJ nº 03.977.536/0001-50

A Global Products Solutions Latin América Indústria e Comércio S/A., é uma companhia que tem por objeto social a atividade de importação e exportação de produtos, por encomenda ou para venda direta; comercialização e distribuição de produtos para qualquer propósito, representação comercial e agenciamento de comercio de mercadorias em geral, dentre outros. Constituída em 02 de agosto de 2000 na forma de sociedade anônima de capital fechado domiciliado no Brasil. O endereço registrado da companhia é Alameda Rio Negro, 585 – 15 andar conj. 156 – Alphaville Centro Ind. e Empresarial – Barueri-SP. As operações são conduzidas no contexto do conjunto de empresas integrantes do Grupo Score, as quais atuam integradamente, utilizando-se de uma mesma estrutura operacional. Os benefícios dos serviços prestados entre essas empresas e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, em conjunto ou individualmente, segundo a praticabilidade de lhes serem atribuídos.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADOS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31/12/2025 E 2024 *(Valores em milhares de Reais)*

BALANÇOS PATRIMONIAIS

	Controladora		Consolidado	
Ativo	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4.800	573	5.224	1.983
Contas a receber de clientes	34.239	19.782	34.787	26.609
Estoques	8.000	7.271	8.261	7.271
Tributos a recuperar	1.939	1.238	2.533	1.784
Partes relacionadas	15.330	1.715	15.266	1.715
Outros ativos	596	1.023	1.747	1.049
Total do ativo circulante	**64.904**	**31.602**	**67.818**	**40.411**
Ativo não circulante				
Impostos diferidos ativo	1.521	2.010	1.521	2.010
Investimentos	2.712	4.555	–	–
Imobilizado	3.368	3.122	3.382	3.134
Intangível	109	53	109	53
Total do ativo não circulante	7710	**9.740**	**5.012**	**5.197**
Total do ativo	**72.614**	**41.342**	**72.830**	**45.608**

	Controladora		Consolidado	
Passivo	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
Passivo circulante				
Empréstimos	16.961	10.286	16.963	10.286
Fornecedores e risco sacado	14.248	11.553	15.343	14.957
Obrigações tributárias	3.059	441	3.078	464
Obrigações trabalhistas	224	344	224	344
Partes relacionadas.	7.829	3.686	7.049	3.686
Dividendos a pagar	10.987	–	11.076	–
Outros passivos	5.157	34	5.157	905
Total do passivo circulante	**58.465**	**26.344**	**58.890**	**30.642**
Patrimônio líquido				
Capital social	12.735	12.735	12.735	12.735
Reserva legal	2.555	1.516	2.555	1.516
Ajustes avaliação Patrimonial	(1.141)	747	(1.141)	747
Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores	14.149	**14.998**	**14.149**	**14.998**
Participação de não controladores	–	–	(209)	(32)
Total do patrimônio líquido	14.149	**14.998**	**13.940**	**14.966**
Total do passivo e patrimônio líquido	**72.614**	**41.342**	**72.830**	**45.608**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES

	Controladora		Consolidado	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
Lucro líquido do exercício	**9.188**	**848**	**9.155**	**816**
Ajustes acumulados de conversão	(1.888)	3.293	(1.888)	3.241
Resultado abrangente total do exercício	**7.300**	**4.141**	**7.267**	**4.057**
Acionistas controladores	–	–	7.300	4.141
Acionistas não controladores	–	–	(33)	(84)

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social	Reserva legal	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total Controladora	Participação de acionistas não controladores	Total Consolidado
Saldos em 31/12/2023	**12.735**	**668**	**(2.546)**	**–**	**10.857**	**52**	**10.909**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	848	**848**	(32)	816
Constituição da reserva legal	–	42	–	(42)	**–**	–	–
Ajustes acumulados de conversão	–	–	3.293	–	**3.293**	(52)	3.241
Estorna da utilização da reserva legal	–	806	–	(806)	**–**	–	–
Saldos em 31/12/2024	12.735	1.516	747	–	**14.998**	(32)	14.966
Lucro líquido do exercício	–	–	–	9.188	**9.188**	(33)	9.155
Constituição da reserva legal	–	518	–	(518)	**–**	–	–
Ajustes acumulados de conversão	–	–	(1.888)	–	**(1.888)**	(144)	(2.032)
Distribuição Dividendos	–	–	–	(10.037)	**(10.037)**	–	(10.037)
Estorna da utilização da reserva legal	–	521	–	1.367	**1.888**	–	1.888
Saldos em 31/12/2025	**12.735**	**2.555**	**(1.141)**	**–**	**14.149**	**(209)**	**13.940**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	Controladora		Consolidado	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
Receita líquida	83.202	41.778	83.877	45.407
Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados	(58.713)	(32.430)	(59.240)	(35.364)
Lucro bruto	**24.489**	**9.349**	**24.637**	**10.044**
Despesas (receitas) operacionais				
Despesas gerais e administrativas	(9.703)	(6.524)	(10.331)	(7.263)
Resultado de equivalência patrimonial	(553)	(260)	–	–
Outras receitas operacionais	1.617	889	1.617	889
Lucros antes do resultado financeiro	**15.850**	**3.454**	**15.923**	**3.670**
Receitas financeiras	1.058	75	1.058	264
Despesas financeiras	(2.986)	(2.312)	(3.045)	(2.749)
Lucro antes do IRPJ e CSLL	**13.922**	**1.217**	**13.936**	**1.185**
IRPJ e CSLL – corrente	(4.734)	–	(4.781)	–
IRPJ e CSLL – diferido	–	(369)	–	(369)
Lucro líquido do exercício	**9.188**	**848**	**9.155**	**816**
Atribuído a				
Acionistas controladores	–	–	9.188	848
Acionistas não controladores	–	–	(33)	(32)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
Lucro líquido do exercício	9.188	848	9.155	816
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais				
Depreciações e amortização	2.135	2.435	2.135	2.441
Depreciação direito de uso	–	51	–	51
Provisão Dividendos a Pagar	10.037	–	10.037	–
Resultado de equivalência patrimonial	553	260	–	–
Perdas esperadas nos estoques	–	–	–	–
Baixa de ativo imobilizado	–	53	–	53
Reversão de provisão de PECLD	(312)	–	(312)	–
Juros sobre empréstimos	2.330	277	2.330	277
Variações nos ativos e passivos operacionais				
Contas a receber	(14.769)	15.251	(7.866)	13.373
Tributos a recuperar	(701)	1.622	(749)	1.684
Estoques	(729)	1.308	(990)	1.380
Fornecedores e risco sacado	2.695	(18.851)	386	(18.419)
Obrigações tributárias	2.618	(1.352)	2.614	1.495
Obrigações trabalhistas	(120)	(608)	(120)	(608)
Impostos diferidos	489	1.564	489	814
Impostos pagos no exercício	(6.458)	(805)	(8.429)	1.112
Outros passivos	4.410	(523)	3.539	(1.634)
Outros ativos	427	1.177	(698)	505
Caixa líquido gerado pelas (consumidonas) atividades operacionais	11.793	2.707	11.521	3.340
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(2.439)	(826)	(2.439)	(830)
Aporte em subsidiária no exterior	–	(931)	–	–
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	(2.439)	(1.757)	(2.439)	(830)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Pagamento de empréstimos	(12.788)	(11.655)	(12.788)	(11.705)
Captação de empréstimos	17.133	12.000	17.135	12.000
Dividendos pagos	–	(1.062)	–	(2.169)
Partes relacionadas	(9.472)	323	(10.188)	323
Caixa líquido gerado pelas (consumido nas) atividades de financiamento	(5.127)	(394)	(5.841)	(1.551)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	4.227	556	3.241	959
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	573	17	1.983	1.024
No fim do exercício	4.800	573	5.224	1.983
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	4.227	556	3.241	959

As demonstrações contábeis da Companhia foram aprovadas pela Diretoria em 29/05/2026. A Diretoria da Companhia declarou que discutiu, revisou e concordou com as demonstrações contábeis da Companhia e com a opinião expressa no relatório dos auditores independentes relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2025. As demonstrações contábeis para o exercício findo em 31/12/2025 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e estão em conformidade com as normas do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aplicáveis a entidades de pequeno e médio porte, especificamente à Interpretação Técnica Geral (ITG) 1000, conforme Resolução do CFC, número 1.148/2012.

A DIRETORIA

Mauro Faustino da Silva Junior - Vice-Presidente de Finanças

Claudemir Aparecido de Carvalho - Contador - CRC 1SP193253/O-8

Global Products Solutions Latin America Indústria e Comércio S.A.

CNPJ nº 03.977.536/0001-50 - NIRE 35.300.491.483 ("Companhia")

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de dezembro de 2025

Data, Horário e Local: Realizada ao 31 (trinta e um) de dezembro de 2025, às 10:00 horas, na sede da Companhia, localizada na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Rio Negro, nº 585, 15º andar, conjunto 156, sala 1, Edifício Jacari-Centro, Alphaville Centro Industrial e Empresarial, CEP 06454-000. **Presença:** Estavam presentes à Assembleia a totalidade dos acionistas, conforme assinaturas apostas no final desta Ata. **Composição da Mesa:** Presidente: Sr. **Genival Pereira de Brito Júnior**; e Secretário: **Mauro Faustino da Silva Junior**. **Convocação:** Convocação dispensada em razão da presença da totalidade dos acionistas da Companhia, conforme disposto no parágrafo 4º, do Artigo 124, da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). **Ordem do Dia:** Deliberar sobre a (i) aprovação das contas da Diretoria, o balanço patrimonial e as demonstrações do resultado econômico da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, conforme relatório e demonstrações financeiras anexas à presente Ata sob a forma de **Anexo I** e publicadas de acordo com o estabelecido nos artigos 133, §3º e 294, inciso III da Lei das Sociedades por Ações, bem como a destinação do resultado econômico da Companhia e (ii) a aprovação da distribuição de dividendos da Companhia. **Deliberações:** Abertos os trabalhos, os acionistas presentes aprovaram por unanimidade e sem reservas, as matérias da Ordem do Dia, sem qualquer restrição: **(i)** as contas apresentadas pela Diretoria da Companhia, o balanço patrimonial, bem como as demonstrações do resultado econômico da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; e **Encerramento:** Oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso, não tendo havido manifestação nem existindo outro assunto a ser tratado, foram encerrados os trabalhos e suspensa a assembleia pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, no livro próprio, a qual, lida e aprovada, foi assinada pelos presentes. **Acionistas Presentes:** B+Score Participações e Empreendimentos Ltda., neste ato representada por seus administradores, Srs. Genival Pereira de Brito Júnior e Mauro Faustino da Silva Júnior, Genival Pereira de Brito Júnior, Mauro Faustino da Silva Júnior, Lucas da Cunha Elias, Carolina Gouveia Vanuci Rizzi, Fabrício Müller Klug, Albano Gomes dos Santos Neto, Fabrício Natoli Ferreira e Juliano de Menezes Lau. São Paulo, 31 de dezembro de 2025. JUCESP nº 144.286/26-9 em 24/03/2026.

Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

Publique no
Data Mercantil!
A decisão certa em todos os momentos.
Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.
datamercantil.com.br
Contato: (11) 3361-8833
Orçamentos: *comercial@datamercantil.com.br*
DATA MERCANTIL São Paulo